

## EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2020 – RETOMADA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 115/2020

DATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: 27/05/2020.

HORÁRIO: a partir das 09:00 horas.

LOCAL: Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 12 - 1º Andar – Alto de Pinheiros, São Paulo/SP.

O Sr. Rodrigo Levkovicz, Diretor Executivo, da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, usando a competência delegada pelo artigo 3º do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, e Portaria FF/DE Nº 279/2018, nos termos da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais Nº 8.883, de 08 de junho de 1.994 e Nº 9.648, de 27 de maio de 1.998, pelas Leis Estaduais Nº 6.544, de 22 de novembro de 1.989, nº 9.000 e 9.001, de 26 de dezembro de 1.994 e Nº 9.797, de 07 de outubro de 1.997 e demais legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie, especialmente as contidas na Lei Estadual Nº 6.884, de 29 de agosto de 1.962 e Decreto Estadual Nº 25.341/86 e Lei Federal Nº 9.985/00, torna público que se acha aberta nesta Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA nº 01/2020**, do tipo **MAIOR PREÇO – Processo nº 115/2020**, objetivando a alienação de goma resina de *Pinus Elliottii* Var. *Elliottii*, *Pinus c. bahamensis* e *Pinus spp*, em regime de matagem, na Floresta Estadual de Piraju, Floresta Estadual de Manduri e Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara, sob o Regime de **MAIOR OFERTA EM KG DE RESINA POR HECTARE POR SAFRA/ANO(KG/HA/ANO) POR LOTE**, que será regida pela Lei Federal Nº 8.666/93 e Lei Estadual Nº 6.544/89, com alterações posteriores.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação, acompanhados da declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, serão recebidos em sessão pública que será realizada na **Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 12 - 1º Andar – Alto de Pinheiros, São Paulo/SP - CEP: 05459-010**, iniciando-se no dia **27/05/2020, às 09:00** horas e será conduzida pela Comissão Julgadora de Licitação.

### 1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a alienação de goma resina de *Pinus elliottii* var. *elliottii*, *Pinus caribaea bahamensis*, *Pinus spp*, em regime de matagem e a ser disponibilizada por meio de certame, para obtenção do maior valor de alienação a ser paga em pecúnia, sendo a oferta em Kg de resina por hectare por safra/ano (kg/ha/ano), devidamente convertido em moeda corrente e balizado pelo preço praticado no mercado vigente a ser pago mensalmente, referente aos lotes disponibilizados na tabela nº 01 e no ANEXO I.A (Planilha de disponibilização) deste Termo de Referência.

Tabela Nº1

UNIDADE DO IF	Nº LOTE	ÁREA TOTAL (HECTARE)	ESPÉCIE	MANEJO A SER REALIZADO	LANCE MÍNIMO DE REFERÊNCIA KG/HECTARE/ANO
F.E. DE PIRAJU	01	255,57	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	Áreas velhas	500
		63,00	<i>Pinus c. bahamensis</i>	Áreas novas	800
F.E. DE MANDURI	02	550,35	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	Áreas velhas	750
		56,29	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	Áreas novas	720
F.E. DE ÁGUAS DE STA BÁRBARA	03	169,75	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	Áreas velhas	200
		443,00	<i>Pinus spp</i>	Áreas velhas	240
		119,30	<i>Pinus spp</i>	Áreas novas	480

<sup>1</sup>Proposta inicial (LANCE MÍNIMO).

1.2. Tipo de Espécie: *Pinus elliottii* var. *elliottii*, *Pinus c. bahamensis* e *Pinus spp*.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste edital e na legislação aplicável.

2.1.1. Poderão participar do certame empresas que se encontrem inscritas como devedoras no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”. Entretanto, para assinatura do contrato, a situação junto ao Cadastro do CADIN ESTADUAL deverá ser regularizada.

2.2. Não poderão participar da CONCORRÊNCIA:

2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.3. Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o subscritor do Edital ou algum dos membros da Comissão Julgadora da Licitação, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.5. Que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do projeto básico ou executivo; ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

2.2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

2.2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

2.2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

2.2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

2.2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.

2.2.11. empresas constituídas em consórcio;

2.2.12. pessoas físicas; e

2.2.13. empresas que fizerem a apresentação, pela mesma pessoa, de propostas alternativas, ou de figurar a mesma pessoa, em mais de uma proposta para a concorrência.

### 3. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA “PROPOSTA” E DA “HABILITAÇÃO”.

3.1 As licitantes **DEVERÃO APRESENTAR FORA** dos envelopes nºs 1 e 2 indicados no subitem

3.2, **“DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO”**, de acordo com modelo estabelecido no Anexo VII deste Edital.

3.2 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 – “PROPOSTA”  
CONCORRÊNCIA nº 01/2020  
PROCESSO nº 115/2020  
FUNDAÇÃO FLORESTAL  
(RAZÃO SOCIAL e CNPJ)

ENVELOPE Nº 2 – “HABILITAÇÃO”  
CONCORRÊNCIA nº 01/2020  
PROCESSO nº 115/2020  
FUNDAÇÃO FLORESTAL  
(RAZÃO SOCIAL e CNPJ)

3.3 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas

sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou procurador, juntando-se cópia do instrumento de procuração.

**3.4. Forma de apresentação.** Os documentos necessários para participação nesta licitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada, cópia autenticada eletronicamente, na forma da lei, ou em cópia simples que, à vista do original, será autenticada por membro da Comissão Julgadora da Licitação na própria sessão pública.

**3.5. Autenticação.** Se os documentos solicitados em Edital forem apresentados por cópia não autenticada, a Comissão Julgadora da Licitação deverá requisitar os respectivos originais para confronto e autenticação, na forma do 3.4. deste Edital.

**3.6. Autenticidade e veracidade.** Ao participar da presente licitação, os proponentes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da lei, por qualquer irregularidade constatada.

**3.7. Entrega das propostas.** Os licitantes interessados em participar do certame poderão entregar o ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA, o ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO e as declarações complementares no dia da sessão pública ou enviá-los por correspondência.

**3.7.1. Envio por correspondência.** A correspondência, com aviso de recebimento, deverá ser endereçada à Comissão Julgadora da Licitação, para o endereço indicado no preâmbulo deste Edital. O envelope externo deverá conter o ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA e o ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO, bem como as declarações complementares, e será admitido com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para a abertura da sessão pública.

**3.7.2.** O licitante deverá indicar, no envelope externo, abaixo das informações do destinatário, as seguintes informações:

URGENTE FUNDAÇÃO FLORESTAL CONCORRÊNCIA nº 01/2020 DATA DA SESSÃO: 27/05/2020 HORÁRIO: 09:00
--

#### **4. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 “PROPOSTA”**

4.1. A proposta deverá ser elaborada na forma do Anexo II - Proposta Comercial e **DEVERÃO SER APRESENTADOS OS PREÇOS PARA CADA LOTE DE INTERESSE**, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, preferencialmente com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, apresentando o valor proposto para o(s) lote(s) de interesse da empresa na concorrência, orçados em estrita observância ao disposto neste edital e no Termo de Referência (Anexo I), datada e assinada pelo representante legal do interessado ou por seu procurador, juntando-se a procuração.

4.2. Os preços serão ofertados em moeda corrente nacional e apurados à data de sua apresentação.

4.3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

4.4. Não será admitida proposta com valor inferior ao previsto do(s) lote(s) constante(s) do Anexo I.A do Termo de Referência.

4.5. A proposta de preço deverá ser acompanhada do(s) seguinte(s) documento(s):

A) Anexo II - Proposta Comercial.

#### **5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 “HABILITAÇÃO”**

##### **5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas;

- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **5.2. REGULARIDADE FISCAL**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- c) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT); e
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND – INSS).

## **5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
  - a.1). Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.
  - a.2). Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

## **5.2.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

5.2.4.1. Atestado de visita, constantes do Anexo V deste edital, devidamente preenchido; e

5.2.4.2. Declaração subscrita por representante legal do licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.1**, atestando que:

- a) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- b) Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- d) Atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 117 Constituição Federal.

5.2.4.3. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

## **6. DA SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA**

**6.1** No local, data e horário indicados no preâmbulo desta Concorrência, em sessão pública a partir da respectiva abertura, a Comissão Julgadora receberá a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação – Anexo VII, mais os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação e, a Comissão Iniciará o(s) credenciamento(s) do(s) representante(s) do(s) licitante(s).

6.1.1. O licitante poderá apresentar-se à sessão pública por intermédio de seu representante legal ou de pessoa devidamente credenciada, mediante procuração com poderes específicos para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, inclusive para interpor recursos ou desistir de sua interposição.

6.1.2. Os representantes deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação, acompanhado do contrato social ou estatuto em vigor, do ato de designação dos dirigentes

e do instrumento de procuração, quando for o caso, e outros documentos eventualmente necessários para a verificação dos poderes do outorgante e do mandatário.

6.1.3. É vedada a representação de mais de um licitante por uma mesma pessoa.

6.1.4. A não apresentação dos documentos previstos nos subitens 6.1.1 e 6.1.2 impede a pessoa presente de manifestar-se em nome do licitante.

**6.2. Participação na sessão pública.** A sessão será pública e poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente será admitida a manifestação dos representantes devidamente credenciados pela Comissão Julgadora da Licitação, na forma dos itens 6.1.1 a 6.1.4, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas, que causem tumultos ou perturbem o bom andamento dos trabalhos.

**6.3.** Na sequência do credenciamento, a Comissão procederá à abertura dos **envelopes nº 01 – “PROPOSTA”**, sendo que estes envelopes e as propostas, após verificados e rubricados por todos os presentes, serão juntados ao respectivo processo.

**6.3.1.** Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

**6.4.** Os **envelopes nº 02 – “HABILITAÇÃO”**, depois de rubricados por todos os presentes, ficarão sob a guarda da Comissão Julgadora da Licitação fechados e inviolados, até as respectivas aberturas em sessão pública.

**6.5. Aceitação tácita.** A entrega dos envelopes à Comissão Julgadora da Licitação implica na aceitação, pelo licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a alienação, obrigando-se o licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso.

## **7. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA “PROPOSTA” E DA “HABILITAÇÃO”**

**7.1** As propostas de preço serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas apresentadas, que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções correspondentes nos casos de eventuais erros encontrados, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para a apuração do valor final da proposta.

**7.1.1.** A análise das propostas visará o atendimento das condições estabelecidas nesta Concorrência, sendo desclassificada a proposta que:

- a) o objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste instrumento; e
- b) não obedecer ao VALOR MÍNIMO DE QUILO POR HECTARE/ANO de cada lote, conforme o valor estipulado no Anexo I deste edital.
- c) consignarem ofertas inferiores ao preço mínimo estabelecido;
- d) não contiverem assinatura do licitante ou de seu representante constituído;
- e) consignarem, a qualquer título, vantagens e/ou condições não previstas no Edital;
- f) contiverem rasuras ou apresentarem divergências de valores que comprometam o seu julgamento.
- g) forem preenchidas a lápis ou de forma ilegível;
- h) cujo proponente figure em mais de uma proposta, individualmente e/ou em grupo;
- i) forem apresentadas em desacordo com as disposições deste Edital;
- j) apresentarem manifestos e comprovados erros no preço, excetuando aqueles aritméticos;
- k) formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório.

**7.2** Não serão consideradas, para fins de julgamento da proposta, ofertas de vantagem não prevista neste instrumento convocatório, baseadas nas propostas dos demais licitantes ou que apresentem prazos ou condições diferentes dos fixados neste Edital.

**7.3** O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão Julgadora de Licitação, que elaborará a lista de classificação das propostas, observada a ordem crescente dos preços apresentados.

**7.4** No caso de empate entre duas ou mais propostas, far-se-á a classificação por sorteio público na mesma sessão, ou em dia e horário a ser comunicado aos licitantes pela imprensa oficial, na forma estatuída no artigo 45, parágrafo segundo, da Lei federal nº 8.666/93.

**7.5** Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a Administração poderá proceder consoante faculta o § 3º do artigo 48, da Lei federal nº 8.666/93 e parágrafo único do artigo 43, da Lei estadual nº 6.544/89, marcando-se nova data para sessão de abertura dos envelopes, mediante publicação no DOE.

**7.6** Os envelopes nº 02 – “HABILITAÇÃO” das licitantes que tiveram propostas desclassificadas serão devolvidos fechados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

**7.7** Não se admitirá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Julgadora da Licitação.

**7.8** O julgamento da habilitação se fará a partir do exame dos documentos indicados no item 5 deste edital.

**7.9.** Serão abertos os envelopes nº 02 – “HABILITAÇÃO” dos licitantes cujas propostas ocupem os três primeiros lugares da classificação, com a observância das seguintes situações:

**a)** em seguida à classificação das propostas, na mesma sessão pública, a critério da Comissão Julgadora, se todos os licitantes desistirem da interposição do recurso em face do julgamento das propostas.

**b)** em data previamente divulgada na imprensa oficial, nos demais casos.

**7.10.** Respeitada a ordem de classificação e o previsto no subitem 7.9, serão abertos tantos envelopes nº 02 – “HABILITAÇÃO” de licitantes classificadas, quantos forem as inabilitadas com base no julgamento de que trata o subitem 7.8.

**7.11.** Admitir-se-á o saneamento de falhas relativas aos documentos de habilitação, desde que, a critério da Comissão Julgadora da Licitação, esse saneamento possa ser concretizado no prazo máximo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis.

**7.12** Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes poderão proceder-se consoante faculta o § 3º do artigo 48, da Lei federal nº 8.666/93, marcando-se nova data para abertura dos envelopes contendo a documentação, mediante publicação no DOE.

**7.13.** Será considerada vencedora do certame a licitante que, atendendo a todas as condições da presente licitação, oferecer o maior preço.

**7.14.** A adjudicação será feita por lotes, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

## **8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**8.1.** A safra anual agrícola começará a partir da assinatura do contrato e após a liberação da área pelo Responsável Técnico da VENDEDORA (Fundação Florestal), Responsável Técnico da CONTRATADA e um Representante da UNIDADE, sendo que o contrato terá a vigência de **03 (três) anos**.

**8.2.** Cada safra agrícola terá a duração de 12 (doze) meses, sendo que a confecção dos painéis deverá seguir as especificações anuais constantes do Anexo I – Termo de Referência.

**8.3.** O início das atividades de resinagem ocorrerá a partir da assinatura do contrato e da liberação da área, pelo responsável Técnico indicado pela Fundação Florestal, conforme o item **8.1**.

**8.4. A desocupação e limpeza completa da área** (retirada de todo e qualquer equipamento, material e insumo utilizado no processo de extração de goma resina) deverão ocorrer em **até 60 (sessenta) dias** da data de encerramento do contrato.

8.5. Sacos plásticos coletores de goma resina eventualmente inutilizados deverão ser descartados fora das dependências da Unidade, imediatamente após sua retirada das árvores.

8.6. Ao término do prazo estipulado no item 8.4 a área deverá estar totalmente livre dos resíduos resultantes da operação de resinagem (saco plástico, arame e outros), sob pena de aplicação de multa.

## 9. DA VISTORIA PARA A PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

9.1. Para a participação da licitação **RECOMENDAMOS** realizar Vistoria Prévia nos lote(s) objetivados por lance, que, na oportunidade será fornecido o Termo de Vistoria conforme Anexo V.1.

9.1.1. A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Vendedora nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

9.2. Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. As visitas devem ser previamente agendadas e poderão ser realizadas até o dia útil imediatamente anterior à sessão pública.

9.3. Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

9.4. As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local em que serão prestados os serviços deverão ser previamente autorizados pela vendedora.

9.5. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto da alienação.

9.6. O(s) lote(s) referidos estarão disponíveis para visitação, **a partir do dia 28/04/2020 até o dia 26/05/2020, em dias uteis**, nos horários compreendidos entre 08h00min e 11h00min e entre 13h00min e 15h00min, nos endereços abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE	RESPONSÁVEL
F.E. DE PIRAJU (LOTES 1 E 2)	RODOVIA SP 287, KM 55 (Piraju/ Manduri) Bairro: Araras/Tibaji CEP: 18.800-000 Perímetro: Rural	(14) 3356-1621 (14) 3356-1622	MARLI MARIA CARDOSO
F.E. DE MANDURI (LOTES 3 E 4)	Rua do Horto s/nº Caixa Postal, 26 Bairro: Horto Florestal CEP: 18.780-000 Perímetro: Urbano Manduri – SP	(14) 3356-1621 (14) 3356-1622	MARLI MARIA CARDOSO
F.E. DE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA (LOTES 5, 6 E 7)	Rodovia SP 261, km 58 (Águas de Santa Bárbara / Lençóis Paulista) Bairro: Fazenda Santana Águas de Santa Bárbara – SP Perímetro Rural	(14) 3356-1621 (14) 3356-1622 (14) 3765-6125	MARLI MARIA CARDOSO

9.7. O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada, conforme o modelo constante do Anexo V.2.

## 10. RESULTADO, RECURSOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. **Publicação.** O resultado final do certame será publicado no Diário Oficial do Estado.

10.1.1. Serão considerados desde logo intimados os licitantes cujos representantes credenciados estiverem presentes na sessão pública em que o resultado for proclamado

pela Comissão Julgadora da Licitação, hipótese em que a intimação constará da respectiva ata.

10.1.2. Os licitantes ausentes serão intimados do resultado pela publicação no Diário Oficial do Estado.

**10.2. Recursos.** Os atos praticados pela Comissão Julgadora da Licitação nas diversas fases do presente certame poderão ser impugnados pelos licitantes mediante a interposição de recurso no prazo de cinco dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, conforme o caso.

10.2.1. Os recursos devem ser protocolados na sede da Unidade Contratante, no endereço: Av. Prof. Frederico Hermann Jr, 345 – Prédio 12 – 1º andar - São Paulo, SP – CEP 05459-900, no horário das 08:00 às 17:00 horas.

10.2.2. Não serão conhecidos os recursos intempestivos ou que estiverem desacompanhados das respectivas razões de fato e de direito.

10.2.3. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões no prazo de cinco dias úteis.

10.2.4. O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de cinco dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado.

10.2.5. O recurso da decisão que julgar as propostas ou que resolver sobre a habilitação dos licitantes terá efeito suspensivo. A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos recursos interpostos nos demais casos.

**10.3. Homologação e adjudicação.** Transcorrido o prazo recursal sem interposição de recursos ou, uma vez decididos os recursos interpostos, a Comissão Julgadora da Licitação encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para homologação do resultado do certame e adjudicação do objeto ao licitante vencedor, publicando-se os atos no Diário Oficial do Estado.

## **11. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE DE PREÇO**

**11.1.** O participante vencedor deverá efetuar os pagamentos conforme abaixo:

**11.1.1.** O preço da goma resina será cotado pela tabela ARESB (Associação dos Resinadores do Brasil), vigente no ato da concorrência.

**11.1.2.** Em caso do índice ARESB deixar de ser publicado será adotado o valor médio dos últimos 12 (doze) meses do mesmo índice, até que seja estabelecido um substituto a ser pactuado entre as partes.

**11.1.3.** A **COMPRADORA** efetuará, no ato do certame, o pagamento referente a **2% (DOIS POR CENTO) do valor do primeiro ano do lote arrematado, em cheque administrativo ou transferência eletrônica, da própria COMPRADORA, a favor da VENDEDORA, equivalente a primeira parcela do lote.**

**11.1.3.1. APÓS O PAGAMENTO DE 2% (DOIS POR CENTO) DO VALOR DO PRIMEIRO ANO DO LOTE ARREMATADO, A COMPRADORA TERÁ CARÊNCIA DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA INICIAR O PAGAMENTO DAS PARCELAS MENSAS, SENDO QUE A PARTIR DO 4º (QUARTO) MÊS, A PARCELA MENSAL SERÁ DE 10,9% (DEZ VÍGULA NOVE POR CENTO DO VALOR ANUAL DO CONTRATO), contados a partir do mês subsequente ao da assinatura do contrato e liberação da área.**

**11.1.3.2.** A partir do 2º (segundo) ano, as demais parcelas serão faturadas mensalmente, sendo parcelas de 1/12 (avos) do valor da safra/ano do lote arrematado independentes do período de repouso estabelecido no Anexo I – Termo de Referência, se houver.

**11.1.4.** O valor das parcelas será atualizado mensalmente, conforme índice publicado pela Associação dos Resinadores do Brasil-ARESBS, referente ao mês anterior à emissão da Nota Fiscal - NF.

**11.1.5.** Os pagamentos restantes (parcelas) deverão ser efetuados mensalmente, e mediante a emissão de Nota Fiscal - NF da vendedora.

**11.2.** O pagamento deverá ser realizado em Transferência Eletrônica Disponível, ou depósito identificado, ou cheque nominal, do próprio participante, a favor da FUNDAÇÃO FLORESTAL, no Banco do Brasil S.A. Agência 1897-X, conta corrente n.º 100.959-1 e corresponderá à primeira parcela do preço.

**11.3.** O não pagamento do valor correspondente a 1ª parcela do(s) lote(s) conforme descrito nos subitens 11.1 e 11.2, torna nulo de pleno direito a venda do(s) lote(s), sujeitando a compradora às sanções previstas no presente edital.

**11.4.** A partir do pagamento da primeira parcela do preço do(s) lote(s), cabe à compradora a guarda dos bens arrematados, correndo por sua conta e risco eventuais perdas e danos.

**11.4.1.** O ICMS não está incluído no preço final de venda. O recolhimento do ICMS, destacado na Nota Fiscal, é de responsabilidade da COMPRADORA e incidirá sobre o valor das Notas Fiscais a serem emitidas pela Fundação Florestal.

**11.4.2.** O ICMS não está incluído no preço final de venda fora do Estado de São Paulo, o qual incidirá sobre o valor das notas fiscais a serem emitidas, observando-se a legislação vigente em cada estado do destino.

**11.5.** Os pagamentos das parcelas restantes deverão ser efetuados por meio de **Transferência Eletrônica Disponível** ou **depósito identificado** em conta corrente, a favor da **VENDEDORA**, obrigando-se a **COMPRADORA** a entregar no escritório da unidade, onde os trabalhos objeto deste Contrato realizam-se, uma cópia do comprovante do respectivo crédito até 03 (três) dias após tê-lo efetuado, observada as seguintes condições:

- a) Depósito Identificado no Banco do Brasil S/A (001);
- b) Favorecido: Fundação Florestal;
- c) Agência nº 1897-X;
- d) Conta Corrente nº: 100.959-1
- e) Identificador 1 (destacar) o CNPJ da empresa depositante;
- f) Identificador 2 (destacar) o Ano;
- g) Identificador 3 (destacar) o Nome da Empresa; e
- h) Identificador 4 (destacar) nº da parcela e licitação.

**11.6.** O atraso no pagamento de parcela acarretará aplicação de multa moratória de 1% (um por cento) calculada sobre o valor da obrigação, acrescido de:

- a) 0,2% por dia de atraso, para atrasos de até 30 dias;
- b) 0,4% por dia de atraso, para atrasos superiores a 30 e de até 60 dias;
- c) Atraso superior a 60 dias acarretará aplicação de multa de 0,4% por dia de atraso até a data do pagamento, bem como a suspensão de todas as atividades de exploração, remoção e retirada das Unidades, até que se regularizem todas as pendências.

**11.6.1.** O atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de qualquer parcela devida pela COMPRADORA acarretará a rescisão imediata do contrato.

**11.6.2.** Independentemente do pagamento das parcelas dos meses subsequentes àquela em atraso, aplicar-se-á o disposto na alínea “c” do item 11.6.

## **12. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Com o licitante vencedor será formalizado contrato, na forma do Anexo IV deste edital, obrigando-se a licitante vencedora a assiná-lo na sede da FUNDAÇÃO FLORESTAL, à Av. Prof. Frederico Hermann Jr, 345 – Prédio 12 – 1º andar - São Paulo, SP – CEP 05459-900, em data e horário por ela estabelecidos.

12.2. Caso o licitante não assine o contrato na data estipulada pela Fundação Florestal, ficará sujeito às penalidades na forma da Lei.

12.3. Quando o licitante vencedor convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não apresentar a situação regular de que trata o item 5 deste edital, ou se recusar a assinar o contrato, será convocado o segundo melhor licitante do item, conforme estabelecido na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da alienação.

12.4. O Contrato será celebrado com duração estabelecida no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

12.5. Qualquer prorrogação do prazo contratual, aprovada pela Fundação Florestal, não poderá alterar o prazo para o recebimento das parcelas mensais de acordo com o estabelecido no contrato entre as partes.

12.6. Será de exclusiva responsabilidade do licitante qualquer relação empregatícia que venha a existir entre ele e seus empregados para retirada dos bens, sendo de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

12.7. O licitante, seus prepostos e empregados ficam sujeitos, enquanto permanecerem em próprios da Administração estadual, às normas de conduta estabelecidas pela Administração Direta ou Indireta, podendo ser exigido o afastamento das pessoas que causarem transtornos no local onde estiverem trabalhando.

### **13. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

13.1. A licitante que ensejar o retardamento do certame, não mantiver a proposta ou fizer declaração falsa, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

13.2. Se a compradora inadimplir as obrigações assumidas no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº 8.666/93, artigos 80 e 81 da Lei Estadual nº 6.544/89, de acordo com o estipulado na Portaria FF/DE Nº 279/2018, no que couber, bem como de aplicação de sanção administrativa de proibição de contratar com a Administração Pública pelo período de até 03 (três) anos, consoante artigo 72, § 8º, inciso V da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

13.3. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Portaria FF/DE Nº 279/2018, garantindo o exercício da prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP e no sítio [www.sancoes.sp.gov.br](http://www.sancoes.sp.gov.br).

13.4. Nos casos de desbastes, limpeza ou corte de madeira fora das especificações do Termo de Referência e do Laudo de Avaliação, o COMPRADOR pagará multa de R\$ 100,00 (cem reais) por árvore indevidamente cortada ou danificada, estando ainda o COMPRADOR sujeito à multa e sanções acima previstas.

### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

14.1. Os casos omissos da presente concorrência serão solucionados pela Comissão de Julgamento.

14.2. **ENTREGA DO EDITAL:** O Edital estará disponível a partir do dia **25/04/2020**, aos interessados nos sites: [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br) e [www.fflorestal.sp.gov.br](http://www.fflorestal.sp.gov.br).

14.3. **OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E ENVIO DE QUESTIONAMENTOS:** até 05 (cinco) dias úteis antes da realização da sessão pública, por escrito, no Setor de Licitações e Compras à Av. Prof. Frederico Hermann Jr, 345 – Prédio 12 – 1º andar - São Paulo, SP – CEP 05459-900, fone (11) 2997.5083 ou pelo e-mail [licitacoes@fflorestal.sp.gov.br](mailto:licitacoes@fflorestal.sp.gov.br).

14.4. Os interessados poderão protocolar pedido de impugnação ao Edital em **até 02 (dois) dias úteis antes** da realização da sessão pública.

14.5. A publicidade dos atos pertinentes a esta licitação será efetuada mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

14.6. Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, em detrimento de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes da presente licitação, não resolvidos na esfera administrativa.

14.7. Acompanham o presente edital os seguintes anexos, que dele fazem parte integrante:

- ANEXO I** – Termo de Referência;
- Anexo I.A** – Planilha de disponibilização de áreas para extração de goma resina (LOTE Nº 1 - Floresta Estadual de Piraju, LOTE Nº 2 - Floresta Estadual de Manduri e LOTE Nº 3 - Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara);
- Anexo I.B** – Croqui das áreas a serem exploradas para extração de goma resina;
- Anexo I.C** – Laudo técnico de valoração; e
- Anexo I.D** – Desenho Esquemático.
- ANEXO II** – Modelo Proposta Comercial (ENVELOPE Nº 01 “PROPOSTA”);
- ANEXO III** – Modelos de Declarações (ENVELOPE Nº 02 “HABILITAÇÃO”);
- Anexo III.1** – Declaração de Situação regular junto ao ministério do trabalho, de inexistência de fato impeditivo e de declaração referente a trabalho de menor (ENVELOPE Nº 02 “HABILITAÇÃO”);
- Anexo III.2** – Declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção (ENVELOPE Nº 02 “HABILITAÇÃO”);
- ANEXO IV** – Minuta de Contrato;
- ANEXO V** – Modelos referentes à Visita Técnica (NÃO OBRIGATÓRIA) (ENVELOPE Nº 02 “HABILITAÇÃO”);
- ANEXO VI** – Portaria Nº 279, de 20/03/2018; e
- ANEXO VII** – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação (FORA DO ENVELOPE).

São Paulo, 24 de abril de 2020.

**Elisabeth Sutter**  
Subscritora do Edital

**Rodrigo Levkovicz**  
Diretor Executivo

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA EXTRAÇÃO DE GOMA RESINA EM ÁREAS NOVAS E VELHAS NA SECÃO DE MANDURI

#### 1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a alienação de goma resina de *Pinus elliottii* var. *elliottii*, *Pinus caribaea bahamensis*, *Pinus spp*, em regime de matagem e a ser disponibilizada por meio de certame, para obtenção do maior valor de alienação a ser paga em pecúnia, sendo a oferta em Kg de resina por hectare por safra/ano (kg/ha/ano), devidamente convertido em moeda corrente e balizado pelo preço praticado no mercado vigente a ser pago mensalmente, referente aos lotes disponibilizados na **tabela nº 01 e no ANEXO I.A (Planilha de disponibilização) deste Termo de Referência.**

Tabela Nº1

UNIDADE DO IF	Nº LOTE	ÁREA TOTAL (HECTARE)	ESPÉCIE	MANEJO A SER REALIZADO	LANÇE MÍNIMO DE REFERÊNCIA KG/HECTARE/ANO
F.E. DE PIRAJU	01	255,57	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	Resinagem Áreas velhas	500
		63,00	<i>Pinus c. bahamensis</i>	Resinagem Áreas novas	800
F.E. DE MANDURI	02	550,35	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	Resinagem Áreas velhas	750
		56,29	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	Resinagem Áreas novas	720
F.E. DE ÁGUAS DE STA BÁRBARA	03	169,75	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	Resinagem Áreas velhas	200
		443,00	<i>Pinus spp</i>	Resinagem Áreas velhas	240
		119,30	<i>Pinus spp</i>	Resinagem Áreas novas	480

1.2. Os lotes disponibilizados nas três unidades totalizam **1.657,26 hectares** para alienação da extração de goma resina de *Pinus elliottii* var. *elliottii*, *Pinus caribaea bahamensis* e *Pinus c. spp* em áreas que já foram resinadas por mais de 30 anos e áreas novas.

1.3. Os lotes disponibilizados na Floresta Estadual de Piraju **totalizam 318,57 hectares** para alienação da extração de goma resina das seguintes espécies de Pinus:

- *Pinus elliottii* var. *elliottii*, em áreas velhas;
- *Pinus c. bahamensis*, em áreas novas.

1.4. Os lotes disponibilizados na Floresta Estadual de Manduri totalizam **606,64 hectares** para alienação da extração de goma resina das seguintes espécies de Pinus:

- *Pinus elliottii* var. *elliottii*, áreas velhas;
- *Pinus elliottii* var. *elliottii*, áreas novas.

1.5. Os lotes disponibilizados na Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara totalizando **732,05 hectares** para alienação da extração de goma resina com as seguintes espécies:

- *Pinus elliottii* var. *elliottii*, áreas velhas;
- *Pinus spp*, áreas velhas;
- *Pinus spp*, áreas novas.

**1.6. ESSAS ÁREAS DEVERÃO SER EXPLORADAS DE ACORDO COM AS TÉCNICAS UTILIZADAS ATUALMENTE E DE FORMA SUSTENTÁVEL, CONFORME “ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PARA ÁREAS VELHAS E NOVAS” CONSTANTES DESTA TERMO DE REFERÊNCIA, NOS ITENS 3 - 4 E 10 DESSE TERMO DE REFERÊNCIA.**

1.7. Recomendamos às empresas interessadas a vistoriar os lotes disponibilizados nas unidades de Piraju, Manduri e Águas de Santa Bárbara, através dos seus representantes, que deverão portar a Declaração de Vistoria de Áreas.

1.8. A Declaração de Vistoria das Áreas será preenchida e assinada por funcionário do Instituto Florestal.

1.9. As Empresas interessadas, apresentarão Declaração de Vistoria dos lotes de seu interesse, através dos seus representantes, que neste ato, firmam ter conhecimento das condições das Unidades e das especificações técnicas, não podendo, posteriormente, alegar desconhecimento das áreas, condições e volumes dos lotes, (destacando os itens 03 e 04 e 10 deste Termo de Referência), assim como das Obrigações da Compradora (item 10) a serem seguidas rigorosamente.

**1.10. A Declaração de Vistoria de Área deve ser apresentada junto com os demais documentos necessários para participação no certame, não podendo, posteriormente, alegar desconhecimento das condições em que se encontram as áreas a serem exploradas, com número de indivíduos arbóreos variando entre os talhões, diferentes espaçamentos, falhas de plantio, quantidades de árvores dos lotes.**

1.11. Os lotes referidos estarão disponíveis para visitação NÃO OBRIGATÓRIA, nas datas estabelecidas no Edital, em dias úteis, nos horários compreendidos entre 07h00min e 11h00min e entre 13h00min e 15h00min, nos endereços da tabela nº 2.

**Tabela Nº 2**

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE	RESPONSÁVEL
FLORESTA ESTADUAL DE PIRAJU	RODOVIA SP 287, KM 55 (PIRAJU/MANDURI) BAIRRO: ARARAS/TIBAJI CEP: 18.800-000 PERÍMETRO: RURAL	(14) 3356-1621 (14) 3356-1622	MARLI MARIA CARDOSO
FLORESTA ESTADUAL DE MANDURI	Rua do Horto s/nº - Caixa Postal, 26 Bairro: Horto Florestal - CEP: 18.780-000 Perímetro: Urbano Manduri – SP	(14) 3356-1621 (14) 3356-1622	MARLI MARIA CARDOSO
FLORESTA ESTADUAL DE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	Rodovia SP 261, km 58 (Águas de Santa Bárbara / Lençóis Paulista) Bairro: Fazenda Santana - Águas de Santa Bárbara – SP Perímetro Rural	(14) 3356-1621 (14) 3356-1622 (14) 3765-6125	MARLI MARIA CARDOSO

## 2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Decreto-Lei n.º 14.594 de 09/03/1945, Decreto n.º 44.305 de 30/12/1964 e 40.988 de 06/11/1962, desapropriam suas glebas de terras como área **“necessária à expansão dos trabalhos de pesquisas e reflorestamento afetos ao Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura”**, criando a Floresta Estadual de Piraju, Floresta Estadual de Manduri e Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara e implantando a Floresta de *P. elliotii* var. *elliottii*, *Pinus c. bahamensis* e *Pinus spp*, que necessitam ser manejadas de forma sustentável para cumprir com seu fim específico de criação.

2.2. O manejo sustentável das Floresta exótica de *Pinus spp*, possibilita exploração de produtos e subprodutos florestais durante o ciclo da floresta. As florestas disponibilizadas para extração de goma resina apresentam duas situações:

- Reaproveitamento de florestas já exploradas com a extração de goma resina por mais de 30 anos;
- Áreas novas que **ainda não foram resinadas**.

2.3. O subproduto (resina) é considerado resíduo de pesquisa, sendo bem inservível para a utilização do Instituto Florestal.

## 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA RESINA DISPONIBILIZADAS NA TABELA Nº 1 E NO ANEXO I.A, EM ÁREAS VELHAS E NOVAS COM *Pinus elliotii* var. *elliottii*.

### 3.1. Definições:

- **FACE** - o lado da árvore onde vão ser instalados os painéis;
- **PAINEL** - o retângulo que determina o ano ou ciclo de resinagem.

3.2. A limpeza da casca para a instalação dos painéis **não poderá ferir o lenho das árvores;**

3.3. A instalação do primeiro painel deverá ser feita no máximo a **20 centímetros acima do nível do solo**, em algumas situações.

**3.4. SERÁ PERMITIDA A EXPLORAÇÃO DE SOMENTE DE 01 (UMA) FACE POR ÁRVORE POR SAFRA, PELA EMPRESA CONTRATADA.**

**3.5. A VIGÊNCIA DO CONTRATO SERÁ 03 (TRÊS) ANOS.**

3.6. As estrias sucessivas deverão formar um painel com laterais paralelas e perpendiculares ao solo, devendo ser executadas conforme o **ANEXO E (Desenho esquemático).**

3.7. A partir do terceiro ano as estrias mudarão de ângulo de acordo com as condições de trabalho - **ANEXO E (Desenho esquemático).**

**3.8. São previsíveis situações que a altura limite de exploração poderá ultrapassar os 3,20 metros de altura, em função do aproveitamento dos painéis já existente, em diferentes alturas.**

3.9. A altura total do painel de resinagem ao final de cada safra anual **não poderá ultrapassar as medidas indicadas na TABELA 1** de acordo com a sequência de confecção dos painéis de resinagem:

**TABELA 1.** Alturas do painel de exploração de resina conforme a safra anual agrícola.

Safra/Ano	Altura máxima (m) do painel ( <i>P. elliotii</i> var. <i>elliotii</i> )
1º	0,50
2º	0,50
3º	0,50
4º	0,75
5º	0,75

**FIGURA 1.** Sequência de confecção dos painéis de resinagem.

3.10. O comprimento das estrias deverá ser de no máximo **15 (quinze) centímetros**, visando evitar os possíveis danos irreversíveis ao *stand* pela sobreexploração dos painéis, essa medida visa a garantir a sustentabilidade da produção.

3.11. Por tratar-se de uma operação manual onde os operários não utilizam nenhum instrumento de medição, como medida de cautela devemos utilizar uma margem de erro de até no máximo 10%, para o comprimento das estrias.

3.12. **É facultado o uso de estimulantes** promotores de exsudação da resina, de uso comercial;

3.13. É expressamente **proibido o uso de recipientes coletores fixados com pregos ou grampos** metálicos para coletar a resina.

**3.14. As áreas serão disponibilizadas no estado em que se encontram.**

3.15. Todas as atividades de manejo Florestal necessárias à implantação da resinagem deverão ser realizadas de acordo com os seguintes critérios técnicos:

- Nas áreas com necessidade de desrama (remoção de galhos), deverão ser utilizadas ferramentas apropriadas, com corte preciso e rente a casca.

3.16. Os talhões deverão ser mantidos roçados e livres de plantas herbáceas invasoras, os indivíduos arbóreos da mesma espécie (*Pinus spp*) poderão ser cortados e deixados no mesmo local, a sua madeira não poderá ser comercializada.

3.17. Os talhões deverão ser mantidos **livres de qualquer tipo de lixo resultantes da operação.**

3.18. **É OPTATIVO** a ocorrência de um período de repouso mínimo de 02 (dois) meses consecutivos, para o estriamento entre safras ou ciclos de resinagem. O RT da VENDEDORA e o Chefe da Unidade deverão ser notificados por escrito com a data do início e término do período, se houver.

3.19. No processo de abertura de novos painéis, deverá ser respeitada a largura de **“SOBREVIDA”** em relação aos painéis já existentes para garantir a sobrevivência dos indivíduos resinados. Essa largura deverá ter de 5 centímetros para *Pinus elliottii var. elliottii*.

3.20. Para situações em que o painel encontra-se com altura superior a 1,50 metros, o aproveitamento do mesmo painel (já explorado), poderá ser acrescido de 0,75 cm (estrias "V") de altura por safra até a vigência do contrato 03 (três) anos.

3.21. Dentro dos talhões poderão ser exploradas todas as árvores viáveis para extração de goma resina, conforme os **itens. 3.3, 3.9 e 3.10**, desde que respeitados a largura de instalação do painel até no máximo de 15 centímetros e ainda observando o item **3.18**.

3.22. A partir do momento que algumas árvores não mais se adequem aos itens **3.18 e 3.19**, a atividade de extração de goma resina deverá ser interrompida, sem que haja obrigação por parte da **CONTRATANTE** à reposição dos mesmos indivíduos e ainda, que isto não acarrete prejuízo no valor final do CONTRATO.

3.23. É facultativo o uso de adaptador nos estridores com bisnaga a um cabo chamado de “Engenhoca” que possibilita a exploração acima de 02 (dois) metros de altura, largamente utilizado nas operações de resinagem, dando sobre vida e continuidade a atividade resinera.

3.24. A extração de goma resina em árvores vivas é uma operação que compromete partes do desenvolvimento dos indivíduos arbóreos de uma Floresta nova e velha, portanto, em se tratando de uma Floresta com idade avançada que já foi intensivamente explorada por mais de vinte anos, poderá ocorrer a mortalidades de alguns indivíduos, diante dessa situação não haverá reposição das mesmas por parte da VENDEDORA.

3.25. A altura de instalação dos saquinhos coletores de goma resina é definida pela CONTRATADA, desde que observado o item 3.3.

3.26. Em se tratando da ocorrência de eventos climáticos: (vendavais, chuvas de granizo e outros), a CONTRATADA deverá relatar ao RT da CONTRATANTE (FUNDAÇÃO FLORESTAL), por escrito, para que em conjunto com os Técnicos do Instituto Florestal se analise a situação.

**3.27. Todas as atividades de manejo Florestal necessárias à implantação da resinagem deverão ser realizadas de acordo com as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESPECIFICAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA RESINA EM ÁREAS VELHAS COM *PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII* DO ITEM. 03.**

**4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA RESINA EM ÁREAS NOVAS E VELHAS, DISPONIBILIZADAS NA TABELA Nº 01 E NO ANEXO I.A. COM ESPÉCIES DE *PINUS SPP*.**

**4.1 Definições:**

- **FACE** - o lado da árvore onde vão ser instalados os painéis;
- **PAINEL** - o retângulo que determina o ano ou ciclo de resinagem.

4.2. A limpeza da casca para a instalação dos painéis **não poderá ferir o lenho das árvores;**

4.3. A instalação do primeiro painel deverá ser feita no máximo a **20 centímetros acima do nível do solo**, em algumas situações.

4.4. Será permitida a exploração de **SOMENTE DE 01 (UMA) FACE POR ÁRVORE POR SAFRA**, pela EMPRESA CONTRATADA.

4.5. A VIGÊNCIA DO CONTRATO SERÁ 03 (TRÊS) ANOS.

4.6. As estrias sucessivas deverão formar um painel com laterais paralelas e perpendiculares ao solo, devendo ser executadas conforme - **ANEXO I. D (Desenho esquemático)**, para *Pinus spp.*

4.7. Será permitido a exploração de painéis com altura superior a 3,60 metros, em se tratando do aproveitamento dos painéis já existente, em diferentes alturas.

4.8. A partir do terceiro ano as estrias mudarão de ângulo de acordo com as condições de trabalho - **ANEXO I.D (Desenho esquemático)**, para *Pinus spp.*

4.9. A altura total do painel de resinagem ao final de cada safra anual **não poderá ultrapassar as medidas indicadas na TABELA 1** de acordo com a sequência de confecção dos painéis de resinagem:

**TABELA 1.** Alturas do painel de exploração de resina conforme a safra anual agrícola.

Safra/Ano	Altura máxima (m) do painel ( <i>Pinus spp</i> ) - Tropicais
1º	0,60
2º	0,60
3º	0,60
4º	0,80
5º	0,80

**FIGURA 1.** Sequência de confecção dos painéis de resinagem.

4.10. O comprimento das estrias deverá ser de no máximo **15 (quinze) centímetros**, visando evitar os possíveis danos irreversíveis ao *stand* pela sobreexploração dos painéis, essa medida visa a garantir a sustentabilidade da produção.

4.11. Por tratar-se de uma operação manual onde os operários não utilizam nenhum instrumento de medição, como medida de cautela devemos utilizar uma margem de erro de até no máximo 10%, podendo o comprimento das estrias.

4.12. **É facultado o uso de estimulantes** promotores de exsudação da resina, de uso comercial.

4.13. É expressamente **proibido o uso de recipientes coletores fixados com pregos ou grampos** metálicos para coletar a resina.

4.14. **As áreas serão disponibilizadas no estado em que se encontram.**

4.15. Todas as atividades de manejo Florestal necessárias à implantação da resinagem deverão ser realizadas de acordo com os seguintes critérios técnicos:

- Nas áreas com necessidade de desrama (**remoção de galhos**), deverão ser utilizadas ferramentas apropriadas, com corte preciso e rente a casca;
- A desrama de galhos deverá atingir a **altura máxima de 3 metros (três metros)** do nível do solo;

4.16. Os talhões deverão ser mantidos roçados e livres de plantas herbáceas invasoras, os indivíduos arbóreos da mesma espécie (*Pinus spp*) poderão ser cortados e deixados no mesmo local, a sua madeira não poderá ser comercializada.

4.17. Os talhões deverão ser **mantidos livres de qualquer tipo de lixo resultantes da operação.**

4.18. **É OPTATIVO** a ocorrência de um período de repouso mínimo de 02 (dois) meses consecutivos, para o estriamento entre safras ou ciclos de resinagem. O RT da VENDEDORA e o Chefe da Unidade deverão ser notificados por escrito com a data do início e término do período, se houver.

4.19. No processo de abertura de novos painéis, deverá ser respeitada a largura de "SOBREVIDA" em relação aos painéis já existentes para garantir a sobrevivência dos indivíduos resinados. **Essa largura deverá ser de 8 centímetros para as espécies de *Pinus spp.***

4.20. Para situações em que o painel encontra-se com altura superior a 1,80 metros, o aproveitamento do mesmo painel (já explorado) poderá ser acrescido de 0,80 cm (estrias "V") de altura por safra até a vigência do contrato 03 (três) anos.

**4.21. Dentro dos talhões poderão ser exploradas todas as árvores viáveis para extração de goma resina, conforme o item 4.3, 4.9 e 4.10, desde que respeitados a largura de instalação do painel até no máximo de 15 centímetros e ainda observando o item 4.18.**

4.22. A partir do momento que algumas árvores não mais se adequem aos itens **4.18 e 4.19**, a atividade de extração de goma resina deverá ser interrompida, sem que haja obrigação por parte da CONTRATANTE à reposição dos mesmos indivíduos e ainda, que isto não acarrete prejuízo no valor final do CONTRATO.

4.23. É facultativo o uso de adaptador nos estridores com bisnaga a um cabo chamado de "Engenhoca" que possibilita a exploração acima de 02 (dois) metros de altura, largamente utilizado nas operações de resinagem, dando sobre vida e continuidade a atividade resinadora.

4.24. A extração de goma resina é uma operação que compromete partes do desenvolvimento dos indivíduos arbóreos de uma Floresta nova, portanto, em se tratando de uma Floresta com idade avançada que já foi intensivamente explorada por mais de vinte anos, poderá ocorrer a mortalidades de alguns indivíduos, diante dessa situação não haverá reposição das mesmas por parte da VENDEDORA.

4.25. A altura de instalação dos saquinhos coletores de goma resina é definida pela CONTRATADA, desde que observado o item 4.3.

4.26. Em se tratando da ocorrência de eventos climáticos: (vendavais, chuvas de granizo e outros), a CONTRATADA deverá relatar ao RT da CONTRATANTE (FUNDAÇÃO FLORESTAL), por escrito, para que em conjunto com os Técnicos do Instituto Florestal se analise a situação.

**4.27. Todas as atividades de manejo Florestal necessárias à implantação da resinagem deverão ser realizadas de acordo com as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA RESINA EM ÁREAS VELHAS COM *PINUS SPP* DO ITEM 04.**

## **5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1. A safra anual agrícola começará a partir da assinatura do contrato e após a liberação da área pelo Responsável Técnico da VENDEDORA (Fundação Florestal), Responsável Técnico da CONTRATADA e um Representante da UNIDADE, **sendo que o contrato terá a vigência de 03 (três) anos.**

5.2. Cada safra agrícola terá a duração de 12 (doze) meses, sendo que a confecção dos painéis deverá seguir as especificações anuais constantes **do Anexo I.D.**

5.3. O início das atividades de resinagem ocorrerá a partir da assinatura do contrato e da liberação da área, pelo responsável Técnico indicado pela Fundação Florestal, conforme o item 5.1.

5.4. **A desocupação e limpeza completa da área** (retirada de todo e qualquer equipamento, material e insumo utilizado no processo de extração de goma resina) deverão ocorrer em até **60 (sessenta) dias** da data de encerramento do contrato.

5.5. Sacos plásticos coletores de goma resina eventualmente inutilizados deverão ser descartados fora das dependências da Unidade, imediatamente após sua retirada das árvores.

5.6. Ao término do prazo estipulado no **item 5.4** a área deverá estar totalmente livre dos resíduos resultantes da operação de resinação (saco plástico, arame e outros), sob pena de aplicação de multa.

## **6. CONDIÇÕES GERAIS**

6.1. Os lotes disponibilizados para alienação, na Floresta Estadual de Piraju, Floresta Estadual de Manduri e Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara, encontram-se listados no Anexo I.A e croqui de localização dos talhões (áreas) constantes deste Termo de Referência.

**6.2. É recomendável aos participantes do certame, realizar vistoria prévia nos lotes objetivados por lance, oportunidade que será fornecido o Termo de Vistoria, a quem se interessar na obtenção do mesmo, conforme Anexo V do Edital, devendo ser apresentado no ato do certame, a quem desejar.**

6.3. A Empresa COMPRADORA deverá no ato da assinatura do contrato indicar um **Responsável Técnico, pelo acompanhamento das operações de extração de goma resina, Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal, devidamente habilitado junto ao CREA**, fornecendo seu nome completo, nº de inscrição junto ao CREA, e-mail, telefone e endereço.

6.4. A Empresa COMPRADORA deverá providenciar a *Anotação de Responsabilidade Técnica - ART*, referente ao objeto e especialidades pertinentes, nos termos da legislação e apresentar uma cópia à VENDEDORA.

6.5. A empresa COMPRADORA deverá fornecer a seus empregados todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários para as atividades de exploração de goma resina, bem como o fornecimento de uniformes identificados com cores para fácil visualização à distância dentro da área de trabalho.

6.6. A Empresa COMPRADORA deverá iniciar as operações necessárias à exploração de goma resina com seus próprios meios e às suas expensas, somente após a liberação da área;

6.7. A Empresa COMPRADORA deverá proibir seus empregados e/ou prepostos, de promover caça, pesca bem como portar arma de fogo e uso de bebidas alcoólicas ou a realizar qualquer outra atividade que infrinja a legislação Florestal e/ou ambiental vigente, nas dependências da Unidade.

6.8. A Empresa COMPRADORA deverá realizar suas atividades no horário das 06:00 às 18:00 horas, de segunda a sábado. As atividades em feriados e pontos facultativos ficarão a critério da COMPRADORA, que deverá informar ao **Responsável Técnico da Fundação Florestal** qualquer alteração dos dias e horários de trabalho.

6.9. Para realizar a retirada de goma resina (transporte rodoviário) das dependências da Unidade a empresa COMPRADORA deverá respeitar o horário de expediente da mesma, ou seja, das 07:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, respeitando ainda os feriados e pontos facultativos.

6.10. Não será permitida em área próprias do Estado a montagem de estruturas para o armazenamento de grande quantidade de goma resina a granel.

**6.11. O depósito de tambores/containers com resina à espera de transporte ficará exclusivamente sob a responsabilidade da COMPRADORA.**

6.12. Não será disponibilizada área para moradia ou alojamento de funcionários e/ou prepostos da COMPRADORA nas Unidades do Instituto Florestal.

6.13. Não será permitido o uso de próprio Estadual para armazenamento de equipamento, material e/ou insumo utilizado no processo de extração de goma resina.

6.14. Serão permitidas as atividades de raspagem do painel a cada safra ou quando necessário;

6.15. A COMPRADORA deverá cumprir todas as especificações técnicas do item 03.

## **7. DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO DO QUILOGRAMA DA GOMA RESINA**

7.1. O preço da goma resina será cotado pela tabela ARESB (Associação dos Resinadores do Brasil), do mês anterior da realização da concorrência.

7.2. Em caso do índice ARESB deixar de ser publicado será adotado o valor médio dos últimos 12 (doze) meses do mesmo índice, até que seja estabelecido um substituto a ser pactuado entre as partes.

7.3. A **COMPRADORA** efetuará, no ato do certame, o pagamento referente a **2% (DOIS POR CENTO) do valor do primeiro ano do lote arrematado, em cheque administrativo ou transferência eletrônica, da própria COMPRADORA, a favor da VENDEDORA, equivalente a primeira parcela do lote.**

**APÓS O PAGAMENTO DE 2% (DOIS POR CENTO) DO VALOR DO PRIMEIRO ANO DO LOTE ARREMATADO, A COMPRADORA TERÁ CARÊNCIA DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA INICIAR O PAGAMENTO DAS PARCELAS MENSAS, SENDO QUE A PARTIR DO 4º (QUARTO) MÊS, A PARCELA MENSAL SERÁ DE 10,9% (DEZ VÍRGULA NOVE POR CENTO DO VALOR ANUAL DO CONTRATO), contados a partir do mês subsequente ao da assinatura do contrato e liberação da área.**

7.3.1. A partir do 2º (segundo) ano, as demais parcelas serão faturadas mensalmente, sendo parcelas de 1/12 (avos) do valor da safra/ano do lote arrematado independentes do período de repouso estabelecido no **Termo de Referência 03 e 04, itens 3.17 e 4.17, se houver.**

**7.4. O ICMS não está incluído no preço final de venda fora do Estado de São Paulo, o qual incidirá sobre o valor das notas fiscais a serem emitidas, observando-se a legislação vigente em cada estado do destino.**

7.5. O valor das parcelas será atualizado mensalmente, conforme índice publicado pela Associação dos Resinadores do Brasil - ARESB, referente ao mês anterior à emissão da Nota Fiscal - NF.

7.6. Os pagamentos restantes (parcelas) deverão ser efetuados mensalmente, e mediante a emissão de Nota Fiscal - NF da vendedora.

7.7. O ICMS não está incluído no preço final de venda. O recolhimento do ICMS, destacado na Nota Fiscal, é de responsabilidade da COMPRADORA e incidirá sobre o valor das Notas Fiscais a serem emitidas pela Fundação Florestal.

## **8. FORMA DE REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA**

8.1. Será considerada vencedora a Empresa que ofertar a maior quantidade de quilos de goma resina pagos por hectare por ano ou safra (kg/ha/ano), correspondente a do lote.

8.2.0 ANEXO I.C apresenta as quantidades mínimas de referência em kg de resina/ha/ano que deverão ser pagos a VENDEDORA.

## **8.3. CUMPRIR O ITEM 10. OBRIGAÇÕES DA COMPRADORA**

## **9. OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA – FUNDAÇÃO FLORESTAL**

9.1. A VENDEDORA indicará, dentro do seu quadro pessoal, o Responsável Técnico do Contrato.

9.2. Fiscalizar o bom andamento dos contratos bem como as especificações técnicas do item 03, 04, 06 e 10 deste Termo de Referência.

9.3. Aplicar penalidades à COMPRADORA quando do não cumprimento do item 03 deste Termo de Referência, de acordo com a Lei 8.666/1993 e Portaria FF/DE 279/2018.

9.4. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação por escrito da COMPRADORA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

9.5. Exigir o cumprimento das legislações trabalhista e previdenciário, de medicina e de segurança do trabalho contida na NR31.

9.6. Deixar uma cópia com o Chefe de cada unidade, dos relatórios das vistorias Técnicas de acompanhamento de contrato, executadas pelo Responsável Técnico durante o período de vigência dos contratos.

## **10. OBRIGAÇÕES DA COMPRADORA**

10.1. Cumprir todas as exigências contidas no presente Termo de Referência, em especial as **Especificações Técnicas (itens 03 e 04)**, Condições Gerais (item 06) e Obrigações da COMPRADORA (item 10) quando do contrato firmado.

10.2. A COMPRADORA deverá indicar um **Responsável Técnico** pelo acompanhamento das operações de extração de goma resina, Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal, devidamente habilitado junto ao CREA/SP, fornecendo seu nome completo, nº de inscrição junto ao CREA/SP, e-mail, telefone e endereço.

10.3. A COMPRADORA deverá providenciar junto ao CREA/SP a **Anotação de Responsabilidade Técnica** (ART) referente ao objeto e especialidades pertinentes, nos termos da legislação.

10.4. Responsabilizar-se pela guarda da área a ser resinada, assumir a responsabilidade por danos causados ao INSTITUTO FLORESTAL/ FUNDAÇÃO FLORESTAL ou a TERCEIROS, por si ou por seus prepostos, dentro das dependências da Unidade, inclusive em caso de incêndio, furtos, roubos e outros, quando responderá civil, administrativa e criminalmente pelos mesmos.

**10.5. É de total responsabilidade da CONTRATADA, arcar com os prejuízos aos possíveis sinistros (furtos, roubos e etc.), com relação as todas atividades envolvidas na exploração de goma resina.**

10.6. Manter a Unidade livre de embalagens plásticas, metálicas ou outras, oriundas de suas atividades.

10.7. Registrar em carteira de trabalho todos os seus funcionários de acordo com as normas trabalhistas em vigor e não contratar menores de dezoito anos.

10.8. Apresentar a qualquer momento à VENDEDORA cópia da documentação referente às contratações de seus funcionários, conforme normas do Ministério do Trabalho.

**10.9. Cumprir a Lei Estadual nº 10.167/2000, que proíbe fumar em áreas públicas.**

10.10. Reconhecer como seu débito líquido e certo, o valor que for apurado em execuções de sentença em processos trabalhistas.

10.11. Cumprir todas as exigências contidas no presente Termo de Referência quando do contrato firmado.

10.12. Iniciar às operações necessárias à exploração de goma resina com seus próprios meios e às suas expensas e somente após a liberação da área pelo Responsável Técnico da VENDEDORA.

10.13. Apresentar por escrito, no ato da assinatura do contrato, o nome do seu Responsável Técnico devidamente habilitado junto ao CREA, bem como a ART correspondente.

10.14. Não repassar a terceiros este contrato ou mesmo parte dele.

10.15. Cumprir as normativas legais, em especial a NR06 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI, NR07 - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional, NR09 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais e NR31- Segurança e Saúde do Trabalho na Agricultura, Pecuária e Silvicultura, Exploração Florestal e Agricultura, o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Operacional) conforme as normas do Ministério do Trabalho e das Secretarias de Segurança, de Saúde e do Trabalho, elaborado por médico do trabalho, devendo seguir todo o procedimento contido no referido Plano e o PPRA (Programa de Proteção de Riscos Ambientais), elaborado por profissional habilitado, devendo seguir todo procedimento de acordo com o que foi firmado no referido Plano.

10.16. A guarda da área a ser resinada é de inteira responsabilidade da operadora de resinagem, que deverá arcar com quaisquer danos ocorridos, sejam estes causados por si ou por terceiros, por ato doloso ou culposo, inclusive em caso de incêndios, furtos, roubos e outros, respondendo a operadora de resinagem nas esferas administrativa, civil e criminal.

10.17. No que se refere aos riscos de incêndios, deverá o Responsável Técnico da operadora de resinagem solicitar auxílio de rondas de vigilância e constituir brigadas de incêndios, com indivíduos preparados para as situações de combate ao fogo.

10.18. No caso de ocorrência de incêndio na área a ser resinada, seja este causado por ato doloso ou culposo da operadora de resinagem e seus prepostos ou por ato de terceiros, caberá à operadora de resinagem arcar integralmente com os prejuízos, tanto dos valores previstos no contrato quanto dos danos causados à Unidade de Conservação, cabendo o ressarcimento à Fundação Florestal.

10.19. No caso de ocorrência de incêndio na área de resinagem que inviabilize a extração da goma de resina, caberá à operadora de resinagem comunicar o Instituto Florestal e a Fundação Florestal, cessando-se o contrato, se assim for de comum acordo entre as partes, sem prejuízo ao Instituto e à Fundação pelos danos causados.

10.20. Restringir a circulação de pessoas e veículos às áreas objeto do contrato.

10.21. Executar a manutenção dos aceiros (gradagem e/ou roçadas mecanizadas) em todo perímetro das áreas objeto do **CONTRATO**, Nas Floresta Estadual de Piraju, lote nº 01, Floresta Estadual de Manduri, lote 02 e Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara, lote 03, seguindo a orientação Técnica do Responsável Técnico da Fundação Florestal e pelo Chefe da Unidade do Instituto Florestal.

10.22. Executar a manutenção de estradas, camaleões e carreadores na área objeto do contrato e seu entorno das unidades a seguir:

- a) Floresta Estadual de Piraju lote nº 01;
- b) Floresta Estadual de Manduri lote nº 02 e;
- c) Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara lote nº 03, com a devida dissipação das águas pluviais em função da declividade das áreas objeto do contrato, seguindo a orientação técnica do Responsável Técnico da Fundação Florestal e do Chefe da Unidade do IF.

10.23. Executar o controle de formigas cortadeiras com fornecimento de isca formicida e mão de obra fornecida pela contratada, na área objeto do contrato e seu entorno (100 metros) em todas as áreas das unidades a seguir:

- a) Floresta Estadual de Piraju lote nº 01;
- b) Floresta Estadual de Manduri lote nº 02 e;
- c) Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara lote nº 03, seguindo a orientação técnica do Responsável Técnico da Fundação Florestal e do Chefe da Unidade do IF.

10.24. É de total responsabilidade da contratada, arcar com os prejuízos aos possíveis sinistros (furtos, roubos e etc.), com relação a todas as atividades envolvidas na exploração de goma resina.

10.25. Executar a prevenção de incêndios florestais e o controle e combate de focos de incêndios florestais dentro ou entorno das unidades objeto do certame, com fornecimento de equipamentos, matérias e mão de obra fornecida pela contratada, em todas as áreas das Unidades a seguir:

- a) Floresta Estadual de Piraju lote nº 01;
- b) Floresta Estadual de Manduri lote nº 02 e;
- c) Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara lote nº 03, seguindo a orientação técnica do Responsável Técnico da Fundação Florestal e do Chefe da Unidade do IF.

10.24. Para diminuir o impacto da ação antrópica no meio florestal, o cercamento das áreas objeto do contrato ou acessos a Unidade que evitem a entrada de pessoas não autorizadas ou possíveis infratores, será mantido e confeccionado de forma ininterrupta pela compradora, sendo confeccionado ou mantido por ano, o mínimo de cinco (05) quilômetros (km) de cerca ao longo das divisas das Unidades, perfazendo 15 km ao final do contrato, com cercas novas de moirões tratados, com cinco (05) fios de arame, repiques de 2,20 m de comprimento a cada 8 metros, palanques de 2,50 m nos cantos, instalando porteiros nos acessos e mantendo trancadas com cadeado, fornecendo cópia das chaves dos cadeados para a VENDEDORA. O acesso de veículo automotor será permitido somente pela gestão da Unidade e pela COMPRADORA, em toda as áreas das Unidades a seguir:

- a) Floresta Estadual de Piraju lote nº 01;
- b) Floresta Estadual de Manduri lote nº 02 e;
- c) Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara lote nº 03, seguindo a orientação técnica do Responsável Técnico da Fundação Florestal e do Chefe da Unidade do Instituto Florestal.

10.25. Os serviços e materiais necessários para a prevenção de incêndios Florestais para as Unidades acima discriminadas, lote nº 01, - Piraju, lote nº 02 Manduri e Lote 03 - Águas de Santa Bárbara, tais como: aceiro, vigilância, confecção e manutenção de estradas e condução das águas pluviais, serão fornecidos pela COMPRADORA, haja vista, que estará protegendo as áreas (Floresta) objeto de seu contrato.

10.26. CASO A COMPRADORA NÃO REALIZE A PROTEÇÃO DA FLORESTA CONTRATADA MEDIANTE CERCAMENTO, ACEIRO, VIGILÂNCIA E CONSERVAÇÃO DO SOLO, OU MESMO, QUE OFEREÇA ALGUM MANEJO TÉCNICO QUE DESRESPEITE AS NORMAS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, A VENDEDORA TERÁ TOTAL AUTONOMIA TÉCNICA PARA DECLINAR DOS TRABALHOS APRESENTADOS PELA COMPRADORA, TOMANDO AS MEDIDAS CABÍVEIS E NECESSÁRIAS PARA AJUSTE DA SITUAÇÃO.

10.27. CUMPRIR/ATENDER TODOS OS ITENS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

## **11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Se a COMPRADORA inadimplir as obrigações assumidas no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº 8.666/93, artigos 80 e 81 da Lei Estadual nº. 6.544/89, que couber, bem como de aplicação de sanção administrativa de proibição de contratar com a Administração Pública pelo período de até 2 (dois) anos, consoante artigo 72, § 8º, inciso V da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

11.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na FF/DE 279/2018, garantindo o exercício da prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP e no site [www.sancoes.sp.gov.br](http://www.sancoes.sp.gov.br).

11.3. A licitante que ensejar o retardamento do certame, não mantiver a proposta ou fizer declaração falsa, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Esta do de São Paulo, nos termos da Lei.

**11.4. Fica obrigada a COMPRADORA a reparar o(s) dano(s) ocasionado à(s) árvore(s) por descumprimento de qualquer item do Termo de Referência, em especial dos itens 3 e 4 das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, da seguinte forma:**

**a) No caso de danos irreversíveis, fica a COMPRADORA obrigada a pagar o equivalente à produção total das árvores afetadas para o período contratado pelo valor em reais por quilo, de R\$ 200,00 (duzentos reais) por árvore afetada.**

**b) No caso de dano reversível, fica a COMPRADORA obrigada a pagar o equivalente a R\$ 100,00 (cem reais) por árvore afetada.**

**c) A reparação a que alude as alíneas “a” e “b”, não prejudicará a aplicação de multa por descumprimento contratual.**

**11.5. A COMPRADORA fica, ainda, sujeita à multa de R\$ 100,00 (cem reais) por mês por árvore resinada indevidamente, assim entendida a árvore não constante dos talhões que compõe o lote disponibilizado.**

## **12. DEMAIS DISPOSIÇÕES**

12.1. As normas disciplinadoras deste certame serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidades entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

12.2. O resultado desde certame e os demais atos pertinentes a este sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na Internet e no endereço eletrônico da Fundação Florestal, [www.fflorestal.sp.gov.br](http://www.fflorestal.sp.gov.br).

12.3. O Edital de certame completo e seus anexos serão disponibilizados para consulta e cópia na Internet no endereço eletrônico da Fundação Florestal, a partir da data de publicação do presente certame.

12.4. Quaisquer dúvidas que possam surgir em relação ao presente certame, os interessados poderão formalizar por escrito, até o segundo dia útil que anteceder a data do certame, a fim de que sejam esclarecidas.

Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos e/ou impugnar o edital e seus anexos, desde que cinco dias corridos, antes da realização da sessão pública nos termos da lei.

12.5. Os casos omissos do presente certame serão solucionados pela Comissão de Licitações do Certame de acordo com o que dispõe a Lei Federal 8.666/93.

## **13. ANEXOS**

13.1. **ANEXO I.A** - PLANILHA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA RESINA (FLORESTA ESTADUAL DE PIRAJU (LOTE Nº 01), FLORESTA ESTADUAL DE MANDURI (LOTE Nº 02) E DA FLORESTA ESTADUAL DE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA (LOTE Nº 03).

13.2. **ANEXO I.B** - CROQUI DAS ÁREAS A SEREM EXPLORADAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA RESINA;

13.3. **ANEXO I.C** - LAUDO TÉCNICO DE VALORAÇÃO;

13.4 **ANEXO I.D**- DESENHO ESQUEMÁTICO;

**13.4.1. DESENHO ESQUEMÁTICO** - RESINAGEM DE PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII EM ÁREAS VELHAS COM IDADE SUPERIOR A 20 ANOS - CICLO DE 03 ANOS E RESINAGEM DE PINUS SPP EM ÁREAS NOVAS- CICLO DE 03 ANOS; E

**13.4.2. DESENHO ESQUEMÁTICO** - RESINAGEM DE PINUS C. SPP E PINUS OOCARPA EM ÁREAS VELHAS COM IDADE SUPERIOR A 30 ANOS - CICLO DE 03 ANOS E RESINAGEM DE PINUS SPP EM ÁREAS NOVAS - CICLO DE 03 ANOS.

### 13.5. ANEXO I.E - JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Elaborado por:

<b>Wilson José Fioruci</b>		<b>Marcos Adilson Palugan</b>
<b>Seção de Florestas de Manduri</b>		<b>Seção de Florestas de Manduri</b>
<b>Instituto Florestal</b>		<b>Instituto Florestal</b>

<b>Wilson Aparecido Contieti</b>		<b>Marli Maria Cardoso</b>
<b>Coordenador do PPS – Plano de Produção Sustentada</b>		<b>Chefe da Seção de Florestas de Manduri</b>
<b>Instituto Florestal</b>		<b>Instituto Florestal</b>

De acordo.  
DFEE, em 23/04/2020.

**Miguel Luiz Menezes Freitas**  
**Diretor da Divisão das Florestas e Estações Experimentais**

Aprovo o presente Termo de Referência.  
DG, 23/04/2020.

**Luís Alberto Bucci**  
**Diretor Geral do Instituto Florestal**

**ANEXO I.A - PLANILHA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA DE RESINA**

**UNIDADE: FLORESTA ESTADUAL DE PIRAJU – LOTE 01  
 ESPÉCIE: *PINUS ELLIOTTII* VAR. *ELLIOTTII*  
 RESINAGEM EM: ÁREAS VELHAS - ÁREA: 255,57 HECTARE  
 PERÍODO DE VIGÊNCIA: 03 ANOS – FACE: 01**

TALHÃO Nº	ESPÉCIE	ANO DE PLANTIO	ÁREA (HECTARE)	OBSERVAÇÕES
5	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	1962	17,60	Nada a declarar.
6	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	1962	26,00	Nada a declarar.
<b>7*</b>	<b><i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i></b>	1962	<b>22,40</b>	<b>Área do talhão com desconto, em função da readequação de Área de APP.</b>
9	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	1962	20,70	Nada a declarar.
11	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	1962	27,40	Nada a declarar.
16	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	1964	25,90	Nada a declarar.
<b>17b*</b>	<b><i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i></b>	<b>1964</b>	<b>16,70</b>	<b>Área do talhão com desconto, em função da readequação de Área de APP.</b>
<b>18*</b>	<b><i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i></b>	<b>1963</b>	<b>21,20</b>	<b>Área do talhão com desconto, em função da readequação de Área de APP.</b>
19a	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	1963	25,20	Área do talhão com desconto, em função de algumas vegetações nativas/APP, no seu entorno.
20b	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	1964	29,30	Área do talhão com desconto, em função de algumas vegetações nativas/APP, no seu entorno.
22	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	1964	14,50	Área do talhão com desconto, em função de algumas vegetações nativas/APP, no seu entorno.
23	<i>Pinus elliottii</i> var. <i>elliottii</i>	1964	8,67	Área do talhão com desconto, em função de algumas vegetações nativas/APP, no seu entorno.
<b>SUBTOTAL</b>			<b>255,57</b>	

\* PROCESSO SMA Nº 6763/2014 – NIS 1830191, ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).

<b>TOTAL GERAL/PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII – ÁREA VELHA</b>	<b>255,57</b>
--	---------------

Piraju, 23 de abril de 2020.

Atenciosamente,

MARLI MARIA CARDOSO  
 Pesquisador Científico  
 Chefe da Seção de Florestas de Manduri  
 RG nº 16.268.356-x

**ANEXO A**  
**PLANILHA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA DE RESINA**  
**UNIDADE: FLORESTA ESTADUAL DE PIRAJU – LOTE 01**  
**ESPÉCIE: PINUS CARIBAEA BAHAMENSIS**  
**RESINAGEM EM: ÁREAS NOVAS**  
**ÁREA: 63,00 HECTARE**  
**PERÍODO DE VIGÊNCIA: 03 ANOS**  
**FACE: 01**

TALHÃO Nº	ESPÉCIE	ANO DE PLANTIO	ÁREA (HECTARE)	OBSERVAÇÕES
1	<i>Pinus caribaea bahamensis</i>	1992	13,80	Nada à declarar.
3	<i>Pinus caribaea bahamensis</i>	1992	19,70	
4	<i>Pinus caribaea bahamensis</i>	1992	<b>13,20</b>	
10	<i>Pinus caribaea bahamensis</i>	1993	16,30	
<b>SUBTOTAL</b>			<b>63,00</b>	

<b>TOTAL GERAL/PINUS C. BAHAMENSIS – ÁREA NOVA</b>	<b>63,00</b>
--	--------------

Piraju, 23 de abril de 2020.  
Atenciosamente,

**MARLI MARIA CARDOSO**  
Pesquisador Científico  
Chefe da Seção de Florestas de Manduri  
RG nº 16.268.356-x

**ANEXO A**  
**PLANILHA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA DE RESINA**  
**UNIDADE: FLORESTA ESTADUAL DE MANDURI – LOTE 02**  
**ESPÉCIE: PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII – RESINAGEM: ÁREAS VELHAS – 550,35**  
**HECTARE**  
**PERIODO DE VIGÊNCIA: 03 ANOS – FACE: 01**

TALHÃO Nº	ESPÉCIE	ANO DE PLANTIO	ÁREA (HECTARE)	OBSERVAÇÕES
4	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	15,60	Nada a declarar.
6	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	28,30	Nada a declarar.
7	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	2,99	Nada a declarar.
10a	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	25,70	Nada a declarar.
10b	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	4,40	Nada a declarar.
11a	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	9,12	Nada a declarar.
11b	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	0,65	Nada a declarar.
11c	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	2,74	Nada a declarar.
11d	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	2,46	Nada a declarar.
11e	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	18,30	Nada a declarar.
12	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	26,40	Nada a declarar.
13	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	25,60	Nada a declarar.
14c	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	1,82	Talhão apresenta área com APP e nascentes de águas. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
14b*	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	3,53	Talhão apresenta área com APP e nascentes de águas. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
15	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	25,60	Nada a declarar.
16	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1960	29,20	Nada a declarar.
17	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1961	25,50	Nada a declarar.
19	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1961	26,80	Nada a declarar.
21	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1961	25,00	Nada a declarar.
23	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1961	17,50	Nada a declarar.
25b*	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1961	1,00	Talhão apresenta área com APP e nascentes de águas. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
25c*	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1961	4,53	Talhão apresenta área com APP e nascentes de águas. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
26	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1961	23,20	Nada a declarar.
28a	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1961	30,30	Nada a declarar.
<b>SUBTOTAL</b>			<b>376,54</b>	

**Manduri, 22 de abril de 2020.**  
**Atenciosamente,**

MARLI MARIA CARDOSO  
 Pesquisador Científico  
 Chefe da Seção de Florestas de Manduri  
 RG nº 16.268.356-x

**ANEXO A**  
**PLANILHA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA DE RESINA**  
**UNIDADE: FLORESTA ESTADUAL DE MANDURI – LOTE 02**  
**ESPÉCIE: PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII – RESINAGEM: ÁREAS VELHAS – 550,35**  
**HECTARE**  
**PERIODO DE VIGÊNCIA: 03 ANOS – FACE: 01**

TALHÃO Nº	ESPÉCIE	ANO DE PLANTIO	ÁREA (HECTARE)	OBSERVAÇÕES
29a	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1961	21,30	Nada a declarar.
29b	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1961	0,32	Nada a declarar.
30	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1961	16,90	Nada a declarar.
32a	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1962	7,96	Nada a declarar.
32b	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1962	9,59	Nada a declarar.
33	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1962	22,00	Nada a declarar.
34b	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1962	19,00	Nada a declarar.
35	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1962	7,14	Nada a declarar.
36a	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1963	11,80	Nada a declarar.
36b	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1963	1,10	Nada a declarar.
37-1	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1963	9,89	Nada a declarar.
37-2	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1963	3,32	Nada a declarar.
37-3	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1963	0,70	Nada a declarar.
37-4	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1983	3,76	Nada a declarar.
<b>38a*</b>	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1983	1,58	Talhão apresenta área com nativas e falhas. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
<b>38b</b>	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1983	9,42	Talhão apresenta área com nativas e falhas. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
40b	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1963	7,00	Existe algumas árvores nativas em torno do talhão.
40c	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1963	0,82	Existe algumas árvores nativas em torno do talhão.
<b>41a*</b>	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1963	1,94	Talhão apresenta vegetação nativa/bambu em torno e dentro do talhão. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
42	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1990	5,87	Nada a declarar.
43	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1990	4,58	Nada a declarar.
45	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1990	3,99	Nada a declarar.
Micro resin.	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1983	2,10	Pesquisa concluída. Medição do local com GPS.
3 mudas 1	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1994	0,36	Pesquisa concluída. Medição do local com GPS.
Leda 2	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1994	1,00	Pesquisa concluída. Medição do local com GPS.
3 mudas 2	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1996	0,37	Pesquisa concluída. Medição do local com GPS.
<b>SUBTOTAL</b>			<b>173,81</b>	

**ANEXO A**  
**PLANILHA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA DE RESINA**  
**UNIDADE: FLORESTA ESTADUAL DE MANDURI – LOTE 02**  
**ESPÉCIE: PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII – RESINAGEM: ÁREAS VELHAS – 550,35**  
**HECTARE**  
**PERIODO DE VIGÊNCIA: 03 ANOS – FACE: 01**

\* PROCESSO SMA Nº 6763/2014 – NIS 1830191, ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).

<b>TOTAL GERAL/PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII – ÁREA VELHA</b>	<b>550,35</b>
--	---------------

**Manduri, 23 de abril de 2020.**  
**Atenciosamente,**

MARLI MARIA CARDOSO  
Pesquisador Científico  
Chefe da Seção de Florestas de Manduri  
RG nº 16.268.356-x

**ANEXO A**  
**PLANILHA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA DE RESINA**  
**UNIDADE: FLORESTA ESTADUAL DE MANDURI – LOTE 02**  
**ESPÉCIE: PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII**  
**RESINAGEM: ÁREAS NOVAS 56,29 - HECTARE**  
**PERIODO DE VIGÊNCIA: 03 ANOS – FACE: 01**

TALHÃO Nº	ESPÉCIE	ANO DE PLANTIO	ÁREA (HECTARE)	OBSERVAÇÕES
1	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1994	6,85	Nada a declarar.
8	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	2001	4,57	Talhão apresenta vegetação nativa em torno e dentro do talhão. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
2	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	2000	15,90	Nada a declarar.
2a	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1998	4,18	Nada a declarar.
5a	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1997	4,10	Nada a declarar.
5b	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1997	7,78	Nada a declarar.
41b*	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1997	1,54	Talhão apresenta vegetação nativa em torno e dentro do talhão. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
44	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1990	10,30	Talhão apresenta vegetação nativa em torno e dentro do talhão. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
Leda 1	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1994	0,80	Pesquisa concluída. Medição do local com GPS.
Pinus feio	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1975	0,27	Pesquisa concluída. Medição do local com GPS.
<b>SUBTOTAL</b>			<b>56,29</b>	

\* PROCESSO SMA Nº 6763/2014 – NIS 1830191, ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).

<b>TOTAL GERAL/PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII – ÁREA NOVA</b>	<b>56,29</b>
---	--------------

**Águas e Santa Bárbara, 23 de abril de 2020.**  
**Atenciosamente,**

MARLI MARIA CARDOSO  
 Pesquisador Científico  
 Chefe da Seção de Florestas de Manduri  
 RG nº 16.268.356-x

**ANEXO A**  
**PLANILHA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA DE RESINA**  
**UNIDADE: FLORESTA ESTADUAL DE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA – LOTE 03**  
**ESPÉCIE: PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII**  
**RESINAGEM: ÁREAS VELHAS**  
**ÁREA: 169,75 HECTARE**  
**PERÍODO DE VIGÊNCIA: 03 ANOS**  
**FACE: 01**

TALHÃO Nº	ESPÉCIE	ANO DE PLANTIO	ÁREA (HECTARE)	OBSERVAÇÕES
*111a	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1969	1,63	Área do talhão com desconto, em função da readequação de Área de APP.
116	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1969	25,80	Nada a declarar.
117	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1969	21,20	Nada a declarar.
*122-1	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1969	6,22	Área do talhão com desconto, em função da readequação de Área de APP.
*122-2	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1969	16,00	Área do talhão com desconto, em função da readequação de Área de APP.
*123	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1969	24,60	Área do talhão com desconto, em função da readequação de Área de APP.
*124	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1969	22,60	Área do talhão com desconto, em função da readequação de Área de APP.
125	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1969	26,30	Nada a declarar.
126	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	1969	25,40	Nada a declarar.
<b>SUBTOTAL</b>			<b>169,75</b>	

\* PROCESSO SMA Nº 6763/2014 – NIS 1830191, ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).

<b>TOTAL GERAL/PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII – ÁREA VELHA</b>	<b>169,75</b>
--	---------------

Atenciosamente,

MARLI MARIA CARDOSO  
 Pesquisador Científico  
 Chefe da Seção de Florestas de Manduri  
 RG nº 16.268.356-x

**ANEXO A**  
**PLANILHA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA DE RESINA**  
**UNIDADE: FLORESTA ESTADUAL DE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA – LOTE 03**  
**ESPÉCIE: PINUS SPP (TROPICAL) - RESINAGEM: ÁREAS VELHAS**  
**ÁREA: 443,00 HECTARE - PERÍODO DE VIGÊNCIA: 03 ANOS - FACE: 01**

TALHÃO Nº	ESPÉCIE	ANO DE PLANTIO	ÁREA (HECTARE)	OBSERVAÇÕES
127	<i>Pinus spp</i>	1970	27,30	Nada a declarar.
134	<i>Pinus spp</i>	1971	26,80	Nada a declarar.
135	<i>Pinus spp</i>	1971	25,50	Nada a declarar.
136	<i>Pinus spp</i>	1971	24,90	Nada a declarar.
138	<i>Pinus spp</i>	1972	6,45	Nada a declarar.
139	<i>Pinus spp</i>	1972	24,80	Nada a declarar.
140	<i>Pinus spp</i>	1972	26,60	Nada a declarar.
141	<i>Pinus spp</i>	1972	26,40	Nada a declarar.
142	<i>Pinus spp</i>	1972	18,60	Nada a declarar.
143	<i>Pinus spp</i>	1972	6,58	Nada a declarar.
144	<i>Pinus spp</i>	1972	26,80	Nada a declarar.
145	<i>Pinus spp</i>	1972	26,30	Nada a declarar.
146	<i>Pinus spp</i>	1972	5,89	Nada a declarar.
<b>147a</b>	<b><i>Pinus spp</i></b>	<b>1972</b>	<b>10,90</b>	<b>Talhão 147 b foi desmembrado do talhão nº 147a. Demarcado o talhão e medição via GPS.</b>
148	<i>Pinus spp</i>	1977	8,56	Nada a declarar.
149	<i>Pinus spp</i>	1977	25,80	Nada a declarar.
150	<i>Pinus spp</i>	1977	17,00	Nada a declarar.
151	<i>Pinus spp</i>	1977	5,40	Nada a declarar.
152	<i>Pinus spp</i>	1977	25,00	Nada a declarar.
153	<i>Pinus spp</i>	1977	18,40	Nada a declarar.
<b>*154</b>	<b><i>Pinus spp</i></b>	<b>1977</b>	<b>3,67</b>	<b>Talhão apresenta área com APP. Houve redução na área disponibilizada do talhão.</b>
<b>*155-1</b>	<b><i>Pinus spp</i></b>	<b>1977</b>	<b>19,10</b>	<b>Talhão apresenta área com APP. Houve redução na área disponibilizada do talhão.</b>
155-2	<i>Pinus spp</i>	1977	0,98	Nada a declarar.
<b>SUBTOTAL</b>			<b>407,73</b>	

\* PROCESSO SMA Nº 6763/2014 – NIS 1830191, ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).

Águas e Santa Bárbara, 23 de abril de 2020.

Atenciosamente,

MARLI MARIA CARDOSO  
 Pesquisador Científico  
 Chefe da Seção de Florestas de Manduri  
 RG nº 16.268.356-x

**ANEXO A**  
**PLANILHA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA DE RESINA**  
**UNIDADE: FLORESTA ESTADUAL DE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA – LOTE 03**  
**ESPÉCIE: PINUS SPP (TROPICAL) - RESINAGEM: ÁREAS VELHAS**  
**ÁREA: 443,00 HECTARE - PERÍODO DE VIGÊNCIA: 03 ANOS - FACE: 01**

TALHÃO Nº	ESPÉCIE	ANO DE PLANTIO	ÁREA (HECTARE)	OBSERVAÇÕES
156	<i>Pinus spp</i>	1977	3,78	Nada a declarar.
157	<i>Pinus spp</i>	1977	18,80	Nada a declarar.
158	<i>Pinus spp</i>	1977	1,49	Nada a declarar.
160	<i>Pinus spp</i>	1977	11,20	Nada a declarar.
<b>SUBTOTAL</b>			<b>35,27</b>	

<b>TOTAL GERAL/PINUS C. SPP – ÁREA VELHA</b>	<b>443,00</b>
--	---------------

**Águas de Santa Bárbara, 23 de abril de 2020.**  
**Atenciosamente,**

MARLI MARIA CARDOSO  
Pesquisador Científico  
Chefe da Seção de Florestas de Manduri  
RG nº 16.268.356-x

**ANEXO A**  
**PLANILHA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA DE RESINA**  
**UNIDADE: FLORESTA ESTADUAL DE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA – LOTE 03**  
**ESPÉCIE: PINUS CARIBAEA SPP (TROPICAL)**  
**RESINAGEM: ÁREAS NOVAS**  
**ÁREA: 119,30 HECTARE**  
**PERIODO DE VIGÊNCIA: 03 ANOS - FACE: 01**

TALHÃO Nº	ESPÉCIE	ANO DE PLANTIO	ÁREA (HECTARE)	OBSERVAÇÕES
111c e 111d	<i>Pinus c. spp</i>	2009	12,50	Talhão apresenta área com APP. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
112	<i>Pinus c. spp</i>	2006	22,00	Talhão apresenta área com APP. Houve redução na área disponibilizada do talhão.
113	<i>Pinus c. spp</i>	2006	25,30	Apresenta algumas árvores de <i>Pinus taeda</i> esparsas. Houve redução na valoração da produtividade do talhão.
128	<i>Pinus c. spp</i>	1995	26,50	Nada a declarar.
129	<i>Pinus c. spp</i>	1996	21,00	Nada a declarar.
130	<i>Pinus c. spp</i>	1996	3,55	Nada a declarar.
137	<i>Pinus c. spp</i>	1996	8,45	Nada a declarar.
<b>SUBTOTAL</b>			<b>119,30</b>	

\* PROCESSO SMA Nº 6763/2014 – NIS 1830191, ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).

<b>TOTAL GERAL/PINUS C. SPP – ÁREA NOVA</b>	<b>119,30</b>
---	---------------

Águas de Santa Bárbara, 23 de abril de 2020.

Atenciosamente,

MARLI MARIA CARDOSO  
 Pesquisador Científico  
 Chefe da Seção de Florestas de Manduri

RG nº 16.268.356-x

**ANEXO I.B - CROQUI DAS ÁREAS A SEREM EXPLORADAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA RESINA**

**OS CROQUIS ESTÃO DISPONÍVEIS PARA DOWNLOAD NO SITE DA FUNDAÇÃO FLORESTAL (<http://www.fflorestal.sp.gov.br/>).**



## ANEXO I.C – LAUDO TÉCNICO DE VALORAÇÃO

**RESINAGEM EM: ÁREAS NOVAS E VELHAS - ÁREA TOTAL: 1.657,26 hectares**  
**UNIDADES: FLORESTA DE MANDURI - FL. PIRAJU E FL. ÁGUAS DE STA BÁRBARA**  
**ESPÉCIE: PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTI, PINUS C. SPP E PINUS OOCARPA - PERÍODO: 03 ANOS**

Nº LOTE	UNIDADE DO IF MUNICÍPIO	ÁREA (HA)	ESPÉCIE	PROPOSTA INICIAL KG/HECTARE/ANO	VOLUME TOTAL/KG/ANO	VALOR VIGENTE R\$/KG*	VALOR R\$ TOTAL/ANO	VALOR R\$ TOTAL/03 ANO
01	F.E. PIRAJU	255,57	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i> Área velha	500	127.785,000	2,257	288.410,75	865.232,24
		63,00	<i>Pinus caribaea bahamensis</i> Áreas novas	800	50.400,000	2,177	109.720,80	329.162,40
02	F.E. MANDURI	550,35	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i> Área velha	750	412.762,500	2,257	931.604,96	2.794.814,89
		56,29	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i> Áreas novas	720	40.528,800	2,257	91.473,50	274.420,50
03	F.E. ÁGUAS DE STA BÁRBARA	169,75	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i> Área velha	200	33.950,000	2,257	76.625,15	229.875,45
		443,00	<i>Pinus spp</i> Áreas velhas	240	106.320,000	2,177	231.458,64	694.375,92
		119,30	<i>Pinus c. spp</i> Áreas novas	480	57.264,000	2,177	124.663,73	373.991,18
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.657,26</b>			<b>829.010,300</b>		<b>1.853.957,53</b>	<b>5.561.872,58</b>

\*ARESB(Março/2020)

Atenciosamente,  
São Paulo, 23 de abril de 2020.

**Marli Maria Cardoso**  
Chefe da Seção Técnica de Manduri  
Pesquisador Científico  
RG nº 16.268.356-x

**Wilson Aparecido Contieri**  
Coordenador do PPS  
Assistente Técnico de Pesquisa  
RG nº 55.523.542

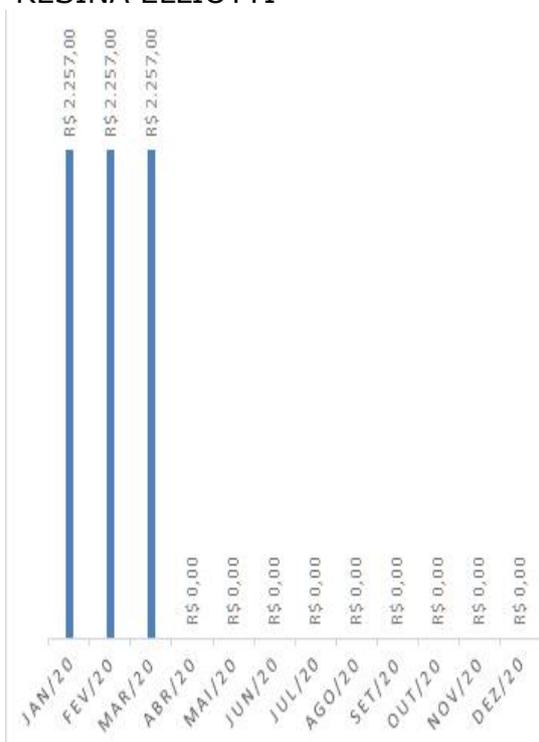
**Dr. Miguel Luiz Menezes Freitas**  
Diretor da DFEE  
Pesquisador Científico  
RG nº 15.891.143

**ASSOCIAÇÃO DOS RESINADORES DO BRASIL**

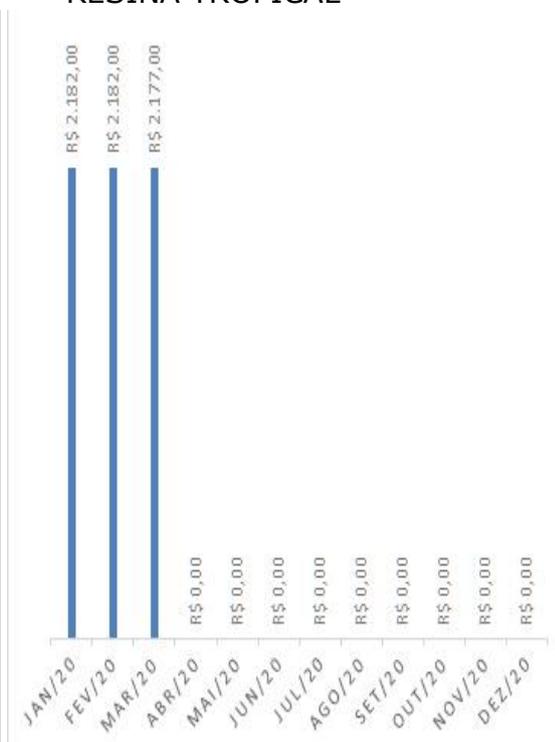
Telefones: (14) 3732-3353 – (14) 99717-9919

Rua Rio de Janeiro, nº 1985 – 2º Andar – CEP 18701-200 – Centro – Avaré/SP  
<http://www.aresb.com.br/portal/preco-medio-resina/> acessado dia 22/04/2020  
**MÉDIA DOS VALORES MENSAIS DA RESINA - FOB/FAZENDA 2020 EM TONELADA**

**RESINA ELLIOTTI**



**RESINA TROPICAL**



**PREÇO MÉDIO RESINA (QUILOGRAMA)  
 RESINA PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII E PINUS SPPP (TROPICAL)**

MÊS	R\$ / QUILOGRAMA	R\$ / QUILOGRAMA
ESPÉCIES	PINUS ELLIOTTII VAR. ELLIOTTII	PINUS TROPICAL SPP
MARÇO/2020	2,257	2,177

São Paulo, 23 de abril de 2020.

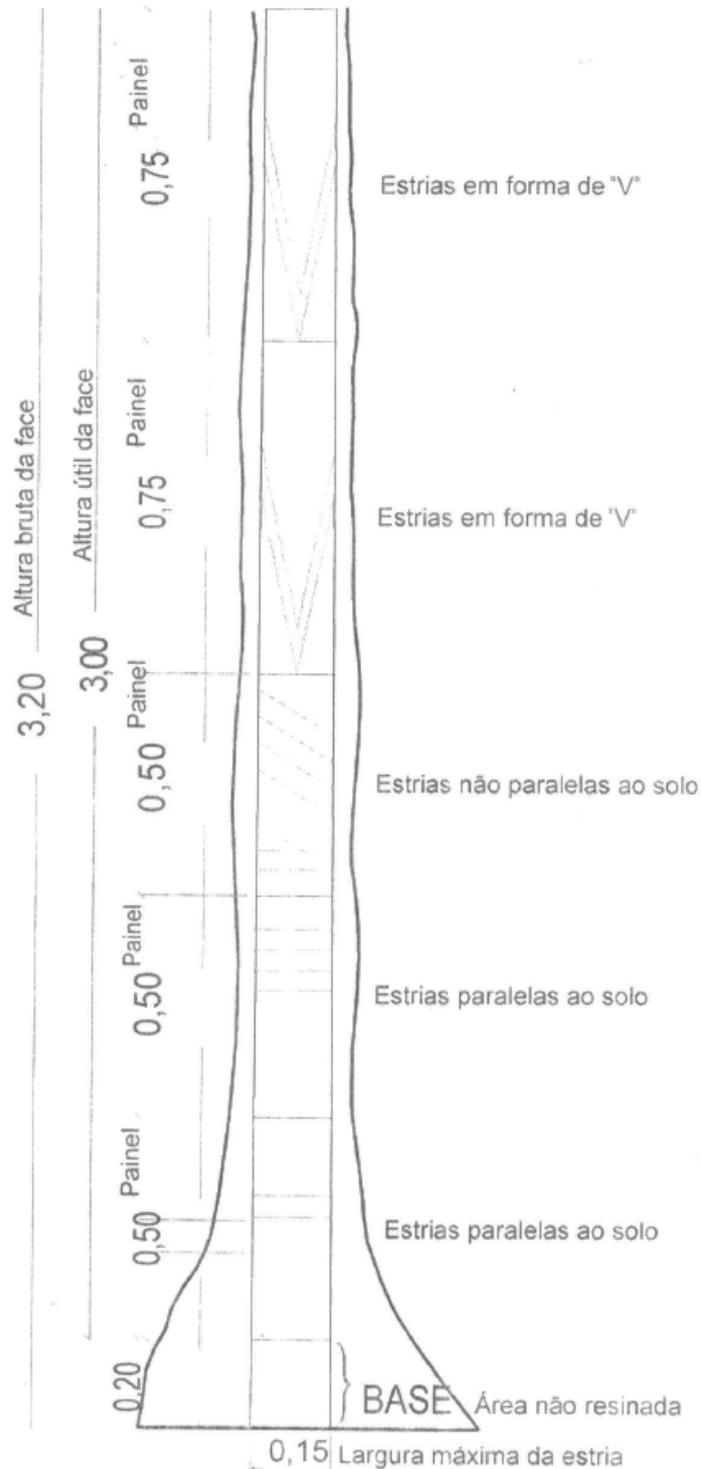
MIGUEL LUIZ MENEZES FREITAS  
 RG 15.891.143  
 DIRETOR DA DFEE

WILSON APARECIDO CONTIERI  
 RG 55.523.542  
 COORDENADOR DO PPS

MARLI MARIA CARDOSO  
 RG 16.268.356-X  
 CHEFE DA SEÇÃO TÉCNICA DE  
 MANDURI

## ANEXO I.D - DESENHO ESQUEMÁTICO

Resinagem de *Pinus elliottii* var. *elliottii* em áreas velhas e novas – ciclo de 03 anos.



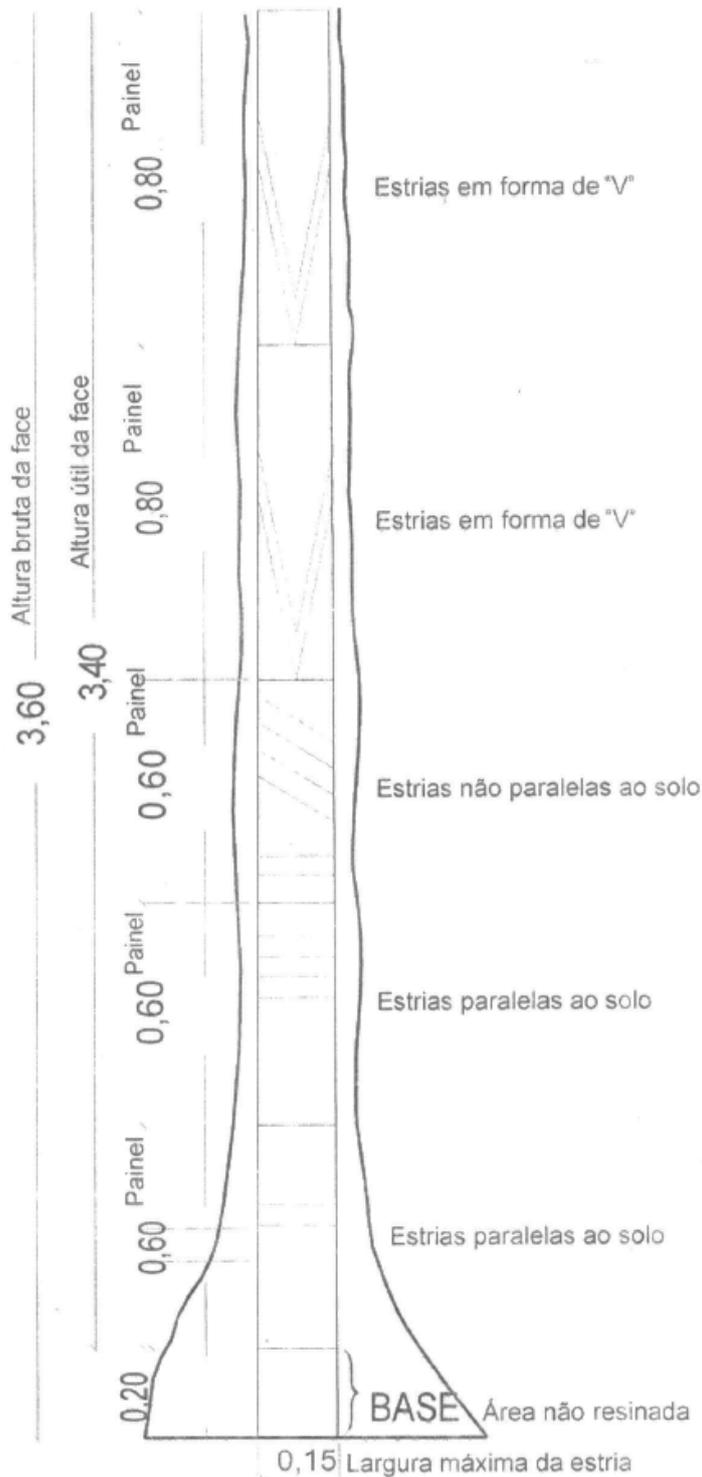
FACE – o lado da árvore onde vão ser instalados os painéis.

PAINEL – o retângulo que determina o ano ou ciclo de resinagem.

PAINEL INSTALADO – a quantidade de painéis que foram ou estão sendo explorados.

## DESENHO ESQUEMÁTICO

Resinagem de *Pinus spp* em áreas novas e velhas – ciclo de 03 anos



FACE – o lado da árvore onde vão ser instalados os painéis.

PAINEL – o retângulo que determina o ano ou ciclo de resinagem.

PAINEL INSTALADO – a quantidade de painéis que foram ou estão sendo explorados.

## ANEXO I.E - JUSTIFICATIVA TÉCNICA

### JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA RESINA (BENS INSERVÍVEIS), EM ÁREAS VELHAS E NOVAS ESPÉCIES: PINUS ELLIOTII VAR. ELLIOTII - PINUS C. BAHAMENSIS E PINUS SPP ALIENAÇÃO DE ÁREAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA RESINA NAS UNIDADES: MANDURI, PIRAJU E ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA, NAS SEGUINTE SITUAÇÕES:

- 2.1. Decreto desapropriam de terras como área “necessária à expansão dos trabalhos de pesquisas e reflorestamento afetos ao Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura” e implantando a floresta de *Pinus elliotii* var. *elliottii*, *Pinus c. spp* e *Pinus oocarpa*, que necessitam ser manejadas de forma sustentável para cumprir com seu fim específico de criação.
- 2.2. O manejo sustentável de floresta exótica de *Pinus* implica na extração de produtos e subprodutos florestais, cumprindo o ciclo florestal de manejo do povoamento, de acordo com sua potencialidade e aptidão. Neste ato, indicamos a extração da goma resina de *Pinus* pela atividade de resinagem, para servir de base para pesquisas em manejo florestal e/ou melhoramento genético das espécies: *Pinus elliotii* var. *elliottii*, *Pinus c. spp* e *Pinus oocarpa*, com reaproveitamento de floresta já explorada com a extração de goma resina por mais de 20 anos; e de *Pinus elliotii* var. *elliottii* e *Pinus c. spp*, ainda não explorada com a extração de goma resina.
- 2.3. Esse subproduto (resina) do manejo florestal é considerado resíduo de pesquisa, sendo bem inservível para a utilização do Instituto Florestal.
- 2.4. Visando o manejo desses plantios a exploração para a produção de goma resina, são disponibilizadas para venda como bem inservível (resíduo de pesquisa);
- 2.5. Informamos que algumas áreas em questão já foram intensamente exploradas, sendo ainda possível a exploração por um período de três anos.

Seção de Florestas de Manduri, 23 de abril de 2020.

MARLI MARIA CARDOSO  
Pesquisador Científico  
Chefe da Seção de Florestas de Manduri  
RG nº 16.268.356-x

**ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL**

**À**  
**FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Ref.: CONCORRÊNCIA N.º 01/2020**  
**Processo FF N.º 115/2020**

Apresentamos nossa proposta comercial, em 1 (uma) via, para o CONCORRÊNCIA de alienação de lote(s) para extração de alienação de goma resina de *Pinus elliottii* var. *elliottii*, *Pinus caribaea bahamensis*, *Pinus spp*, em regime de matagem, na Floresta Estadual de Piraju, Floresta Estadual de Manduri e Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência - ANEXO I, e planilha de preços abaixo, consistindo no seguinte:

- I) A Proposta Comercial Total é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), conforme planilha abaixo.

UNIDADE IF MUNICÍPIO	Nº LOTE	ÁREA (HA)	ESPÉCIE (Pínus)	PROPOSTA INICIAL KG/HECTARE/ANO	VOLUME TOTAL/KG/ANO	VALOR VIGENTE R\$/KG*	VALOR R\$ TOTAL/ANO	VALOR R\$ TOTAL/03 ANOS
F.E. PIRAJU	1	255,57	<i>Elliottii</i> var. <i>elliottii</i> Área velha			R\$ 2,257	R\$	R\$
		63	<i>Caribaea bahamensis</i> Áreas novas			R\$ 2,182	R\$	R\$
<b>TOTAL DO LOTE 1</b>								
UNIDADE IF MUNICÍPIO	Nº LOTE	ÁREA (HA)	ESPÉCIE (Pínus)	PROPOSTA INICIAL KG/HECTARE/ANO	VOLUME TOTAL/KG/ANO	VALOR VIGENTE R\$/KG*	VALOR R\$ TOTAL/ANO	VALOR R\$ TOTAL/03 ANOS
F.E. MANDURI	2	550,35	<i>Elliottii</i> var. <i>elliottii</i> Área velha			R\$ 2,257	R\$	R\$
		56,29	<i>Elliottii</i> var. <i>elliottii</i> Áreas novas			R\$ 2,257	R\$	R\$
<b>TOTAL DO LOTE 2</b>								
UNIDADE IF MUNICÍPIO	Nº LOTE	ÁREA (HA)	ESPÉCIE (Pínus)	PROPOSTA INICIAL KG/HECTARE/ANO	VOLUME TOTAL/KG/ANO	VALOR VIGENTE R\$/KG*	VALOR R\$ TOTAL/ANO	VALOR R\$ TOTAL/03 ANOS
F.E. ÁGUAS DE STA BÁRBARA	3	169,75	<i>Elliottii</i> var. <i>elliottii</i> Área velha			R\$ 2,257	R\$	R\$
		443	<i>Pinus spp</i> Áreas velhas			R\$ 2,182	R\$	R\$
		119,3	<i>Pinus spp</i> Áreas novas			R\$ 2,182	R\$	R\$
<b>TOTAL DO LOTE 3</b>							R\$	R\$

\*Valor ARESB mês: Março/2020

- I) O(s) pagamento(s) será(o) efetuado(s) em conformidade com as condições dispostas nas cláusula oitava da minuta de contrato – ANEXO IV do edital;
- II) O prazo do contrato, objeto do presente CONCORRÊNCIA será aquele estipulado no Termo de Referência – Anexo I do Edital, contados a partir do início da execução do objeto e com as demais condições prevista na minuta de contrato;
- III) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da abertura desta proposta;
- IV) O valor das parcelas será atualizado mensalmente, conforme índice publicado pela Associação dos Resinadores do Brasil-ARESBS, referente ao mês anterior à emissão da Nota Fiscal - NF.

V) Declaramos que no preço apresentado estão incluídos:

- a. Os valores dos materiais, matérias-primas, mão-de-obra, equipamentos e afins fornecidos, montagens e instalações, acrescidos de todos os respectivos encargos sociais;
- b. Despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza;
- c. Quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos produtos, necessários à perfeita satisfação do objeto desta CONCORRÊNCIA, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência -Anexo I.

VI) Declaramos conhecer integralmente os termos da presente convocação e seus respectivos Anexos, aos quais nos sujeitamos;

VII) Dados da empresa:

Razão Social \_\_\_\_\_  
CNPJ empresa N.º. \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
Inscrição Estadual N.º. \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
Inscrição Municipal N.º. \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
CEP \_\_\_\_\_  
Telefone \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**OBSERVAÇÃO:** AS LICITANTES PODERÃO OFERTAR PROPOSTAS PARA APENAS UM LOTE OU MAIS DE UM LOTE.

**ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES**

**ANEXO III.1**

**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO, DE  
INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE DECLARAÇÃO REFERENTE A TRABALHO DE  
MENOR**

(em papel timbrado da licitante)

**À  
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO  
PAULO  
Ref.: CONCORRÊNCIA N.º 01/2020  
Processo FF N.º 115/2020**

\_\_\_\_\_, (nome da licitante) \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_ sediada  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante  
legal, infra-assinado, e para os fins do certame em epígrafe, **DECLARA** expressamente que:

- a) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- b) Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- d) Atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 117 Constituição Federal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.  
(Local)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do responsável)

Nome: \_\_\_\_\_

Cédula de Identidade n.º: \_\_\_\_\_

## ANEXO III.2

### DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

À  
**FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Ref.: **CONCORRÊNCIA N.º 01/2020**

Processo **FF N.º 115/2020**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar da Concorrência nº 01/2020, Processo nº 115/2020, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ATENÇÃO**

(ESTE DOCUMENTO DEVERÁ CONSTAR JUNTO AO ENVELOPE Nº 02 “HABILITAÇÃO”)

**ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO****PROCESSO FF N.º 115/2020– CONTRATO N.º \_\_\_\_\_/2020  
CONTRATO DE VENDA E COMPRA DE RESINA EM REGIME DE MATAGEM**

Pelo presente instrumento, com fundamento na Lei Federal N.º 8.666/93 de um lado a **FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, vinculada a Secretaria do Meio Ambiente, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob N.º 56.825.110/0001-47 e com Inscrição Estadual N.º 111.796.293.112, daqui por diante designada apenas **VENDEDORA** e neste ato representada por seu Diretor Executivo, Senhor \_\_\_\_\_, brasileira, estado civil, portadora da cédula de identidade N.º \_\_\_\_\_, CPF N.º \_\_\_\_\_ e de outro lado à empresa \_\_\_\_\_, sediada á (endereço), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob N.º \_\_\_\_\_ (CNPJ) e com Inscrição Estadual/Municipal de N.º \_\_\_\_\_, doravante nomeada **COMPRADORA**, por seus representantes legais ao final assinados, têm entre si justo e acertado o presente Contrato de Venda e Compra, regido pelo artigo 55, da Lei Federal n.º 8666/93, incluindo o Termo de Referência – Anexo I que faz parte integrante deste, sob as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente Contrato tem por objeto a alienação de goma resina de *Pinus elliottii var. elliottii*, *Pinus caribaea bahamensis*, *Pinus spp*, em regime de matagem, na Floresta Estadual de Piraju, Floresta Estadual de Manduri e Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara.

**1.2.** A exploração de goma resina será realizada no LOTE nº 1 – Floresta Estadual de Piraju, totalizam 318,57 hectares e /ou LOTE nº 2 - Floresta Estadual de Manduri, totalizam 606,64 hectares e /ou LOTE nº 3 - Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara, totalizando 732,05 hectares, composto pelos talhões descritos no ANEXO I – Termo de Referência, administrada pelo Instituto Florestal - IF, de acordo com as especificações técnicas contidas no termo de referência.

UNIDADE DO IF	Nº LOTE	ÁREA TOTAL (HECTARE)	ESPÉCIE	MANEJO A SER REALIZADO
F.E. DE PIRAJU	01	255,57	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	Resinagem Áreas velhas
		63,00	<i>Pinus c. bahamensis</i>	Resinagem Áreas novas
F.E. DE MANDURI	02	550,35	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	Resinagem Áreas velhas
		56,29	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	Resinagem Áreas novas
F.E. DE ÁGUAS DE STA BÁRBARA	03	169,75	<i>Pinus elliottii var. elliottii</i>	Resinagem Áreas velhas
		443,00	<i>Pinus spp</i>	Resinagem Áreas velhas
		119,30	<i>Pinus spp</i>	Resinagem Áreas novas

(INDICAR)

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

**2.1.** A safra anual agrícola começará a partir da assinatura do contrato e após a liberação da área pelo Responsável Técnico da VENDEDORA (Fundação Florestal), Responsável Técnico da CONTRATADA e um Representante da UNIDADE, sendo que o contrato terá a vigência de **03 (três) anos**.

**2.2.** Cada safra agrícola terá a duração de 12 (doze) meses, sendo que a confecção dos painéis deverá seguir as especificações anuais constantes do Anexo I – Termo de Referência.

**2.3.** O início das atividades de resinagem ocorrerá a partir da assinatura do contrato e da liberação da área, pelo responsável Técnico indicado pela Fundação Florestal, conforme o item **2.1**.

**2.4. A desocupação e limpeza completa da área** (retirada de todo e qualquer equipamento, material e insumo utilizado no processo de extração de goma resina) deverão ocorrer em **até 60 (sessenta) dias** da data de encerramento do contrato.

2.5. Sacos plásticos coletores de goma resina eventualmente inutilizados deverão ser descartados fora das dependências da Unidade, imediatamente após sua retirada das árvores.

2.6. Ao término do prazo estipulado no item 2.4 a área deverá estar totalmente livre dos resíduos resultantes da operação de resinagem (saco plástico, arame e outros), sob pena de aplicação de multa.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPRADORA**

**3.1.** A **COMPRADORA** obriga-se a dar início às operações necessárias à retirada de resina com seus próprios meios e às suas expensas, somente após a liberação da área.

**3.2.** A **COMPRADORA** obriga-se a indicar no ato da assinatura do contrato e manter por todo o período de vigência contratual, um responsável técnico Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal, devidamente habilitado junto ao CREA/SP, para o acompanhamento de **todo** o processo de exploração de goma resina, fornecendo seu nome completo, nº de inscrição junto ao CREA/SP, cópia autenticada da carteira de identidade profissional, e-mail, telefone e endereço.

**3.3.** A **COMPRADORA** obriga-se a providenciar e entregar à **VENDEDORA**, em até 30 dias da data de assinatura do contrato, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA/SP, referente ao objeto e especialidades pertinentes do contrato, nos termos da legislação.

**3.4.** Na hipótese de substituição do responsável técnico acima referido, a **COMPRADORA** deverá comunicar à **VENDEDORA**, por escrito, nos moldes descritos no item 3.2, o nome e dados do novo funcionário, antes do desligamento do anterior, bem como deverá ser reemitida a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA/SP supra citada.

**3.5.** A **COMPRADORA** obriga-se a observar desde a assinatura do contrato e por todo o período de vigência contratual, as especificações técnicas e as condições gerais contidas nos itens 03 e 05 do Termo de Referência, parte integrante do presente contrato.

**3.6.** A **COMPRADORA** obriga-se a indicar, com no mínimo 90 dias de antecedência da interrupção dos trabalhos, qual será o período de repouso de estriamento entre as safras (Anexo I – Termo de Referência), se houver.

**3.7.** A **COMPRADORA** obriga-se a realizar as atividades referentes à extração de goma resina no horário das 06:00 às 18:00 horas, de segunda a sábado, ficando a seu critério realizá-las em feriados e pontos facultativos, quando deverá informar a Fundação Florestal com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

**3.7.1.** Para realizar a retirada de goma resina (transporte rodoviário) das dependências da Unidade, a empresa **COMPRADORA** obriga-se a respeitar o seu horário de expediente, ou seja das 07:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, respeitando ainda os feriados e pontos facultativos.

**3.8.** A **COMPRADORA** obriga-se a fornecer a seus empregados todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários para as atividades de exploração de goma resina, bem como o fornecimento de uniformes identificados com cores para fácil visualização à distância dentro da área de trabalho.

**3.9.** A guarda da área a ser resinada é de inteira responsabilidade da operadora de resinagem, que deverá arcar com quaisquer danos ocorridos, sejam estes causados por si ou por terceiros, por ato doloso ou culposo, inclusive em caso de incêndios, furtos, roubos e outros, respondendo a operadora de resinagem nas esferas administrativa, civil e criminal.

**3.10.** No que se refere aos riscos de incêndios, deverá o Responsável Técnico da operadora de resinagem solicitar auxílio de rondas de vigilância e constituir brigadas de incêndios, com indivíduos preparados para as situações de combate ao fogo.

**3.11.** No caso de ocorrência de incêndio na área a ser resinada, seja este causado por ato doloso ou culposo da operadora de resinagem e seus prepostos ou por ato de terceiros, caberá à operadora de resinagem arcar integralmente com os prejuízos, tanto dos valores previstos no contrato quanto dos danos causados à Unidade de Conservação, cabendo o ressarcimento à Fundação Florestal.

**3.12.** No caso de ocorrência de incêndio na área de resinagem que inviabilize a extração da goma de resina, caberá à operadora de resinagem comunicar o Instituto Florestal e a Fundação Florestal, cessando-se o contrato, se assim for de comum acordo entre as partes, sem prejuízo ao Instituto e à Fundação pelos danos causados.

**3.13.** Cumprir todas as condições/exigências e especificações dos bens indicados no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

**4.1.** A **COMPRADORA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários referentes ao pessoal destacado para a execução de quaisquer atividades ou operações relacionadas ao cumprimento do presente Contrato, bem como pelo total das despesas relativas à extração da resina, seu acondicionamento e respectivo transporte.

**4.2.** A **VENDEDORA** fica eximida inclusive de obrigações decorrentes de acidente de trabalho, em relação ao pessoal próprio da **COMPRADORA** ou de seus subcontratados.

**4.3.** A **COMPRADORA** se obriga a cumprir a legislação pertinente aos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, relativos aos trabalhadores destacados para execução do presente Contrato, responsabilizando-se integralmente por eventuais ocorrências.

**4.3.1.** A **COMPRADORA** declara que cumpre as normativas legais que tratam sobre o tema em especial a *NR06* - Equipamentos de Proteção Individual - EPI, *NR07* - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional, *NR09* –Programas de Prevenção de Riscos Ambientais e *NR31*-Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Agricultura e, apresentará ao Responsável da Unidade em até 30 (trinta) dias após a assinatura deste Contrato, o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Operacional), conforme as normas do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, elaborado por médico do trabalho, devendo seguir todo o procedimento contido no referido Programa e o PPRA (Programa de Proteção de Riscos Ambientais), elaborado por profissional habilitado, referentes à unidade onde se desenvolverá a exploração de resina do presente contrato.

**4.4.** Fica vedado os trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, de acordo com o disposto na Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXXIII e na Lei Federal 9.854/99.

**4.5.** A **COMPRADORA** se obriga a registrar em carteira de trabalho todos os seus empregados que estejam atuando na unidade, de acordo com as normas trabalhistas, bem como cumprir rigorosamente todas as normas de higiene e segurança previstas na legislação em vigor.

**4.6.** A **COMPRADORA** deverá apresentar o Livro de Registro de seus funcionários ou prepostos e o Livro de Registro de Atas da CIPA à **VENDEDORA**.

**4.6.1.** Os funcionários ou prepostos que estiverem trabalhando na área e não estiverem devidamente registrados, assim que constatada a irregularidade, deixarão imediatamente as dependências da unidade até que a **COMPRADORA** regularize o referido registro.

**4.7.** A **COMPRADORA** é responsável pelos danos causados à **VENDEDORA**, à unidade ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste Contrato.

**4.8.** No caso da ocorrência de incêndio nos talhões objeto deste Contrato, bem como naqueles adjacentes à área, por negligência ou culpa exclusiva da **COMPRADORA** ou de seus prepostos, está ficará obrigada a ressarcir imediatamente os prejuízos causados à **VENDEDORA** e a terceiros.

**4.8.1.** No que se refere a riscos de incêndios, facultará ao Responsável Técnico da **COMPRADORA**, nos períodos denominados “nível de atenção”, determinados pelo “Índice de Monte Alegre”, solicitar auxílio em rondas de vigilância e na constituição de brigadas de incêndios com indivíduos preparados para situações de combate ao fogo, em todo o período que durar este nível. Quando o índice voltar ao nível de observação, as rondas poderão ser desativadas, voltando a operar quando a situação assim determinar, sem quaisquer ônus para a **VENDEDORA**.

**4.9.** Os funcionários e os prepostos da **COMPRADORA** deverão restringir sua área de livre circulação ao espaço definido pelo Responsável da Unidade.

**4.10.** Os funcionários e os prepostos designados para o trabalho de resinagem e transporte da resina objeto deste Contrato, deverão estar devidamente identificados, uniformizados e munidos de equipamentos de proteção individual (EPI), atendendo à legislação em vigor.

**4.10.1.** A empresa **COMPRADORA** deverá proibir seus empregados e/ou prepostos, de promover caça, pesca, criação de animais domésticos, bem como portar arma de fogo e uso de bebidas alcoólicas ou realizar qualquer outra atividade que infrinja a legislação florestal e/ou ambiental, nas dependências da unidade.

**4.11.** A **COMPRADORA**, seus prepostos e empregados, enquanto permanecerem na propriedade do Estado ficam sujeitos às normas disciplinares de cada unidade.

**4.12.** A **COMPRADORA** é responsável por todos os atos de seus empregados e prepostos, principalmente os que digam respeito à segurança e à disciplina dentro da unidade, podendo a **VENDEDORA** ou o Responsável da Unidade exigir o afastamento dos que, com a sua conduta, causarem transtornos no local de trabalho ou a terceiros.

**4.13.** Não será permitida em área própria do Estado montagem de estruturas para armazenamento de grande quantidade de resina a granel.

**4.13.1.** O depósito de tambores com resina a espera de transporte ficará exclusivamente sobre a responsabilidade da **COMPRADORA**.

**4.14.** Não será disponibilizada área para moradia ou alojamento de funcionários da **COMPRADORA** nas Unidades do Instituto Florestal.

**4.14.1.** Não será permitido o uso de próprio estadual para armazenamento de equipamento, material e/ou insumo utilizado no processo de extração de goma resina.

**4.15.** A **COMPRADORA** é responsável pelo atendimento social dos seus funcionários e prestadores de serviços, inclusive atendimento médico, assistencial e de emergência.

**4.16.** A **COMPRADORA** é responsável pela limpeza dos talhões onde será realizada a resinagem, inclusive deverão ser mantidos roçados.

**4.17.** A **COMPRADORA** deverá manter a unidade livre de embalagens plásticas, metálicas ou outras, oriundas de suas atividades.

**4.18.** Será permitida a atividade de raspagem do painel a cada safra ou quando necessário.

**4.19.** Fica a **COMPRADORA** obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da área inicial do contrato, mediante Termo Aditivo, mantendo-se obrigatoriamente o preço unitário estipulado na **Cláusula Sétima**, observada a atualização prevista no item 8.4. da **Cláusula Oitava**.

**4.20.** Sendo as áreas disponibilizadas no estado em que se encontram, a **COMPRADORA** declara que as vistoriou, que aceita a quantidade estabelecida, as suas condições e volume firmados.

4.21. A **VENDEDORA** se reserva o direito de verificar e comprovar, a qualquer época, o número de árvores objeto deste contrato e a quantidade de resina produzida pelas mesmas.

4.22. A **COMPRADORA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, **todas** as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase de licitação, principalmente quanto ao disposto nos itens 3.2 a 3.4 da **Cláusula Terceira**.

4.23. Cumprir todas as obrigações acessórias indicadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA VENDEDORA

5.1. A **VENDEDORA** disponibilizará a área a ser resinada de acordo com a Planilha de Disponibilização (Anexo I).

5.2. A **VENDEDORA** indicará, dentro do seu quadro pessoal, o Responsável Técnico do Contrato.

5.3. Fiscalizar o bom andamento dos contratos bem como as especificações técnicas dos itens 03 e 04 do Termo de Referência.

5.4. Aplicar penalidades à **COMPRADORA** quando do não cumprimento dos itens 03, 04, 05 e 06 do Termo de Referência.

5.5. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação por escrito da **COMPRADORA**, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

5.6. Exigir o cumprimento das legislações trabalhista e previdenciária, de medicina e de segurança do trabalho contida na NR31.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - DA PERMANÊNCIA DA RESINA NA UNIDADE

6.1. Findo o prazo contratual, a **COMPRADORA** poderá permanecer na unidade impreterivelmente por 60 (sessenta) dias, em atendimento ao disposto no item 2.5 da Cláusula Segunda.

6.2. Caso a **COMPRADORA** ultrapasse o prazo acima referido, automaticamente perderá todo o direito sobre a resina, podendo a **VENDEDORA** comercializá-la livremente, além da aplicação da multa estipulada no item 2.6 da Cláusula Segunda.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

7.1. O valor total ESTIMADO do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ reais), correspondente a 03 (três) anos de extração de goma resina no lote \_\_\_\_\_, sendo \_\_\_\_\_ kg (\_\_\_\_\_ quilos) de resina, por hectare, por safra/ano, conforme objeto deste contrato, ao preço de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ reais) por quilo – mês de referência \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_, de acordo com o abaixo indicado:

UNIDADE IF MUNICÍPIO	Nº LOTE	ÁREA (HA)	ESPÉCIE (Pínus)	PROPOSTA INICIAL KG/HECTARE/ANO	VOLUME TOTAL/KG/ANO	VALOR VIGENTE R\$/KG*	VALOR R\$ TOTAL/ANO	VALOR R\$ TOTAL/03 ANOS
F.E. PIRAJU	1	255,57	<i>Elliottii var. elliotii</i> Área velha			R\$ 2,257	R\$	R\$
		63	<i>Caribaea bahamensis</i> Áreas novas			R\$ 2,182	R\$	R\$
TOTAL DO LOTE 1								

UNIDADE IF MUNICÍPIO	Nº LOTE	ÁREA (HA)	ESPÉCIE (Pínus)	PROPOSTA INICIAL KG/HECTARE/ANO	VOLUME TOTAL/KG/ANO	VALOR VIGENTE R\$/KG*	VALOR R\$ TOTAL/ANO	VALOR R\$ TOTAL/03 ANOS
F.E. MANDURI	2	550,35	<i>Elliottii var. elliotii</i> Área velha			R\$ 2,257	R\$	R\$
		56,29	<i>Elliottii var. elliotii</i> Áreas novas			R\$ 2,257	R\$	R\$
<b>TOTAL DO LOTE 2</b>								

UNIDADE IF MUNICÍPIO	Nº LOTE	ÁREA (HA)	ESPÉCIE (Pínus)	PROPOSTA INICIAL KG/HECTARE/ANO	VOLUME TOTAL/KG/ANO	VALOR VIGENTE R\$/KG*	VALOR R\$ TOTAL/ANO	VALOR R\$ TOTAL/03 ANOS
F.E. ÁGUAS DE STA BÁRBARA	3	169,75	<i>Elliottii var. elliotii</i> Área velha			R\$ 2,257	R\$	R\$
		443	<i>Pinus spp</i> Áreas velhas			R\$ 2,182	R\$	R\$
		119,3	<i>Pinus spp</i> Áreas novas			R\$ 2,182	R\$	R\$
<b>TOTAL DO LOTE 3</b>							R\$	R\$

(INDICAR O LOTE DE ACORDO COM O VENCEDOR)

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O participante vencedor deverá efetuar os pagamentos conforme abaixo:

8.1.1. O preço da goma resina será cotado pela tabela ARESB (Associação dos Resinadores do Brasil), vigente no ato da concorrência.

8.1.2. Em caso do índice ARESB deixar de ser publicado será adotado o valor médio dos últimos 12 (doze) meses do mesmo índice, até que seja estabelecido um substituto a ser pactuado entre as partes.

8.1.3. A **COMPRADORA** efetuará, no ato do certame, o pagamento referente a **2% (DOIS POR CENTO)** do valor do primeiro ano do lote arrematado, em cheque administrativo ou transferência eletrônica, da própria **COMPRADORA**, a favor da **VENDEDORA**, equivalente a primeira parcela do lote.

8.1.3.2. **APÓS O PAGAMENTO DE 2% (DOIS POR CENTO) DO VALOR DO PRIMEIRO ANO DO LOTE ARREMATADO, A COMPRADORA TERÁ CARÊNCIA DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA INICIAR O PAGAMENTO DAS PARCELAS MENSAS, SENDO QUE A PARTIR DO 4º (QUARTO) MÊS, A PARCELA MENSAL SERÁ DE 10,9% (DEZ VÍGULA NOVE POR CENTO DO VALOR ANUAL DO CONTRATO), contados a partir do mês subsequente ao da assinatura do contrato e liberação da área.**

8.1.3.2. A partir do 2º (segundo) ano, as demais parcelas serão faturadas mensalmente, sendo parcelas de 1/12 (avos) do valor da safra/ano do lote arrematado independentes do período de repouso estabelecido no Anexo I – Termo de Referência, se houver.

8.1.4. O valor das parcelas será atualizado mensalmente, conforme índice publicado pela Associação dos Resinadores do Brasil-ARESB, referente ao mês anterior à emissão da Nota Fiscal - NF.

8.1.5. Os pagamentos restantes (parcelas) deverão ser efetuados mensalmente, e mediante a emissão de Nota Fiscal - NF da vendedora.

8.2. O pagamento deverá ser realizado em Transferência Eletrônica Disponível, ou depósito identificado, ou cheque nominal, do próprio participante, a favor da **FUNDAÇÃO FLORESTAL**, no Banco do Brasil S.A. Agência 1897-X, conta corrente n.º 100.959-1 e corresponderá à primeira parcela do preço.

**8.3.** O não pagamento do valor correspondente a 1ª parcela do lote conforme descrito nos subitens 8.1 e 8.2, torna nulo de pleno direito a venda do(s) lote(s), sujeitando a compradora às sanções previstas no presente edital.

**8.4.** A partir do pagamento da primeira parcela do preço do lote, cabe à compradora a guarda dos bens arrematados, correndo por sua conta e risco eventuais perdas e danos.

**8.4.1.** O ICMS não está incluído no preço final de venda. O recolhimento do ICMS, destacado na Nota Fiscal, é de responsabilidade da **COMPRADORA** e incidirá sobre o valor das Notas Fiscais a serem emitidas pela Fundação Florestal.

**8.4.2.** O ICMS não está incluído no preço final de venda fora do Estado de São Paulo, o qual incidirá sobre o valor das notas fiscais a serem emitidas, observando-se a legislação vigente em cada estado do destino.

**8.5.** Os pagamentos das parcelas restantes deverão ser efetuados por meio de **Transferência Eletrônica Disponível** ou **depósito identificado** em conta corrente, a favor da **VENDEDORA**, obrigando-se a **COMPRADORA** a entregar no escritório da unidade, onde os trabalhos objeto deste Contrato realizam-se, uma cópia do comprovante do respectivo crédito até 03 (três) dias após tê-lo efetuado, observada as seguintes condições:

- a) Depósito Identificado no Banco do Brasil S/A (001);
- b) Favorecido: Fundação Florestal;
- c) Agência nº 1897-X;
- d) Conta Corrente nº: 100.959-1
- e) Identificador 1 (destacar) o CNPJ da empresa depositante;
- f) Identificador 2 (destacar) o Ano;
- g) Identificador 3 (destacar) o Nome da Empresa; e
- h) Identificador 4 (destacar) nº da parcela e licitação.

**8.6.** O atraso no pagamento de parcela acarretará aplicação de multa moratória de 1% (um por cento) calculada sobre o valor da obrigação, acrescido de:

- a) 0,2% por dia de atraso, para atrasos de até 30 dias;
- b) 0,4% por dia de atraso, para atrasos superiores a 30 e de até 60 dias;
- c) Atraso superior a 60 dias acarretará aplicação de multa de 0,4% por dia de atraso até a data do pagamento, bem como a suspensão de todas as atividades de exploração, remoção e retirada das Unidades, até que se regularizem todas as pendências.

**8.6.1.** O atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de qualquer parcela devida pela **COMPRADORA** acarretará a rescisão imediata do contrato.

**8.6.2.** Independentemente do pagamento das parcelas dos meses subsequentes àquela em atraso, aplicar-se-á o disposto na alínea “c” do item 8.6.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA EQUIPE TÉCNICA**

**9.1.** O acompanhamento e a fiscalização do presente contrato também serão realizados por **EQUIPE TÉCNICA** multidisciplinar composta por servidores integrantes dos quadros da **VENDEDORA** e do **INSTITUTO FLORESTAL**.

**9.2.** Poderá a **EQUIPE TÉCNICA** realizar fiscalização a qualquer tempo e hora, sem aviso prévio ou notificação, na busca pela certificação, manutenção e atendimento de todas as obrigações assumidas pela **COMPRADORA**, em especial das condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase de licitação.

**9.3.** Constatada alguma irregularidade, será lavrado o competente Auto de Constatação ou Auto de Infração, sendo notificada a **COMPRADORA** para manifestação nos prazos legais.

## CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. A **COMPRADORA** deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado da alienação – Lotes nº \_\_\_\_\_, correspondente a R\$ \_\_\_\_\_, em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993, após a adjudicação e em até 05 (cinco) dias da data da assinatura do contrato.

10.1.1. A garantia de que trata o item 10.1 deverá ser efetuada através das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

10.2 A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993.

10.3. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a alienação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto alienado, relativa a alguma operação da atividade de resinagem, ficando estabelecido que a **COMPRADORA** só poderá fazê-lo mediante prévia e expressa autorização da **VENDEDORA**, indicando na solicitação todos os dados da subcontratada e o serviço correspondente.

**Parágrafo Único** – Em qualquer caso, a **COMPRADORA** será inteiramente responsável perante a **VENDEDORA** e terceiros, pelos eventuais atos praticados pelos subcontratados, arcando com todos e quaisquer ônus daí decorrentes.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos nos artigos nºs 77 à 80; 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.1.1 A aplicação das multas a que aludem os artigos 79, 80 e 81 e inciso II, da LEI nº 6544/89, e os artigos 81, 86 e 87, inciso II da LEI Federal 8.666/93, obedecerá no âmbito da PASTA, as normas procedimentais constantes da Resolução SMA nº 57 de 12 de julho de 2013.

12.2. Pela recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, fica o adjudicatário sujeito a multa de 10% sobre o valor total da obrigação.

12.2.1. Independentemente da aplicação da multa que alude o item 12.2 fica sujeito o adjudicatário a perder em favor da Administração o valor já recolhido, conforme estabelecido no artigo 53, § 2º da Lei Federal nº 8666/93.

12.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a defesa prévia, poderá ser aplicada à **COMPRADORA** multa de até 30%, calculada sobre o total ou parte da obrigação não cumprida, da seguinte forma:

- a) 10% sobre o valor da parcela mensal, por cada mês de descumprimento, pela não observância das especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- b) 10% sobre o valor da parcela mensal, por cada mês de descumprimento, pela não observância das obrigações diretas e acessórias contidas na cláusulas terceira e quarta do presente contrato;

- c) A reincidência no descumprimento de qualquer das obrigações, em meses subsequentes ou não, ensejará a aplicação da multa em dobro.

**12.4.** Qualquer irregularidade verificada no cumprimento das Cláusulas deste Contrato poderá ensejar a aplicação de advertência à **COMPRADORA**, via Notificação, para que proceda a imediata regularização, em até 15 (quinze) dias úteis.

**12.4.1.** Não havendo atendimento, os funcionários ou prepostos da **COMPRADORA** ficarão impedidos de entrar na área, tendo novo prazo de 15 (quinze) dias úteis para efetuar a regularização.

**12.4.2.** Terminado o prazo sem a devida regularização pela **COMPRADORA**, o Contrato será rescindido conforme a Cláusula Décima Segunda, sem prejuízo da aplicação de multa.

**12.5.** Fica obrigada a **COMPRADORA** a reparar o dano(s) ocasionado à(s) árvore(s) por descumprimento de qualquer item do Termo de Referência - Anexo I, em especial das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, da seguinte forma:

- a) No caso de danos irreversíveis, fica a **COMPRADORA** obrigada a pagar o equivalente à produção total das árvores afetadas para o período do contrato pelo valor em reais por quilo, conforme Cláusula Sétima, acrescido de R\$ 200,00 (duzentos reais) por árvore afetada.
- b) No caso de dano reversível, fica a **COMPRADORA** obrigada a pagar o equivalente a R\$ 100,00 (cem reais) por árvore afetada.
- c) A reparação a que alude as alíneas “a” e “b”, não prejudicará a aplicação de multa por descumprimento contratual.

**12.6.** A **COMPRADORA** fica, ainda, sujeita à multa de R\$ 100,00 (cem reais) por mês por árvore resinada indevidamente, assim entendida a árvore não constante dos talhões que compõe o lote disponibilizado (Anexo I).

**12.7.** O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA RESCISÃO**

**13.1.** Poderá haver rescisão do presente Contrato nos casos enumerados na Lei n.º 8.666/93, artigo 78 e suas alterações, notadamente:

**13.1.1.** Se for decretada a falência ou a instauração de insolvência civil da **COMPRADORA**;

**13.1.2.** Se a **COMPRADORA** abandonar a área de trabalho ou a execução do Contrato, por tempo superior a 60 (sessenta) dias;

**13.1.3.** Por deficiência técnica, se a **COMPRADORA** se afastar das especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra este CONTRATO.

**13.1.4.** Neste caso, havendo prejuízo à **VENDEDORA**, aplicar-se-á multa prevista no item 11.3 da Cláusula 11ª desse instrumento, ficando ainda a **COMPRADORA** obrigada a desocupar a área sem qualquer ônus para a **VENDEDORA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**13.2.** Efetuada a rescisão, todo e qualquer produto restante da execução deste Contrato ficará de propriedade da **VENDEDORA**, a qual poderá dele dispor livremente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FORO**

14.1. As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS

15.1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a) o Edital de Licitação FF – CONCORRÊNCIA – 01/2020 e anexos;
- b) o Termo de Referência;
- c) a proposta apresentada pela COMPRADORA;
- d) a Portaria Nº 279, de 20/03/2018.

15.2. E assim, por estarem as partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas e assinadas, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os devidos e legais efeitos.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**PELA VENDEDORA  
FUNDAÇÃO FLORESTAL**

**PELA COMPRADORA  
XXX**

\_\_\_\_\_  
XXX  
RG Nº:  
CPF Nº:

\_\_\_\_\_  
XXX  
XXX  
RG Nº:  
CPF Nº:

**TESTEMUNHAS**

\_\_\_\_\_  
XXX  
XXX  
RG Nº:  
CPF Nº:

\_\_\_\_\_  
XXX  
XXX  
RG Nº:  
CPF Nº:

**ANEXO V - MODELOS REFERENTES À VISITA TÉCNICA**

**ANEXO V.1 - CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA  
(emitido pela Vendedora)**

**ATESTO** que o licitante \_\_\_\_\_, interessado em participar da Concorrência nº 01/2020, Processo nº 115/2020, realizou nesta data visita técnica nas instalações do \_\_\_\_\_ - LOTE Nº \_\_\_\_\_, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome completo, assinatura e qualificação  
do proposto da licitante)

\_\_\_\_\_  
(nome completo, assinatura e cargo do  
servidor responsável por acompanhar a  
vistoria)

## ANEXO V.2

### DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA (elaborado pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar na Concorrência nº 01/2020, Processo nº 115/2020, **DECLARO** que o licitante não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome completo, assinatura e qualificação do proponente da licitante)

## ANEXO VI – PORTARIA Nº 279, DE 20/03/2018

### Portaria FF/DE Nº 279/2018

Dispõe sobre a aplicação das sanções decorrentes dos procedimentos licitatórios e dos contratos administrativos no âmbito da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal

Data de Emissão: 12/03/2018

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando as disposições das Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989

Considerando a importância em adotar, no âmbito da Fundação Florestal, uma padronização na aplicação de sanções;

Considerando a busca da eficiência no serviço público através da descentralização de atribuições;

Considerando que o procedimento e aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Estado, estabelecida no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/2002, no âmbito da Diretoria Executiva propiciará a celeridade do exame originário e recursal da matéria; e,

Considerando o disposto no item 3, do § 2º, do artigo 1º, do Decreto nº 48.999/2004;

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1º** - No âmbito da Fundação Florestal, a aplicação das sanções de natureza pecuniária, de advertência, de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de declaração de inidoneidade, a que se referem os artigos 81, 86 e 87, I, II, III e IV, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os artigos 79, 80 e 81, I, II, III e IV, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989, e o impedimento de licitar e contratar com a Administração e a multa, a que se refere o artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá às normas estabelecidas na presente Portaria.

**Artigo 2º** - As sanções serão aplicadas com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**Artigo 3º** - As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa, observado, no que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução da Casa Civil nº 52, de 19 de julho de 2005, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir.

#### CAPÍTULO II - DOS PRAZOS

**Artigo 4º** - O prazo para apresentação de defesa prévia em observância ao disposto no artigo 87, §§ 2º e 3º da Lei federal nº 8.666/93, artigo 10 do Decreto estadual nº 61.751/15 bem como na Resolução CC-52/05 será de:

a) 5 (cinco) dias úteis, quando a sanção proposta for de advertência, multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, previstas respectivamente nos incisos I, II e III do artigo 87 da Lei federal nº 8.666/93;

b) 10 (dez) dias, quando a sanção proposta for de declaração de inidoneidade nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei federal nº 8.666/93, ou de impedimento de licitar e contratar com o Estado e multa prevista no artigo 7º da Lei federal 10.520/02.

**Artigo 5º** - Da decisão que sancionar a licitante ou a contratada, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

**Artigo 6º** - Na contagem dos prazos para defesa prévia e recurso excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**Artigo 7º** - A contagem dos prazos de entrega e de início de execução do objeto contratual será feita em dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à data estabelecida no instrumento contratual.

Parágrafo único - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente na Fundação Florestal.

#### CAPÍTULO III - DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS

**Artigo 8º** - As condutas consideradas infrações passíveis de serem sancionadas são:

I – Nos termos, respectivamente, do caput dos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93:

- O atraso injustificado na execução do contrato;
- Inexecução total ou parcial das obrigações contratuais.

II – Nos termos do artigo 7º da Lei federal nº 10.520/02:

- Não celebrar a contratação dentro do prazo de validade da respectiva proposta;
- Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;
- Não manter a proposta;

- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

**Artigo 9º** - O atraso injustificado igual ou superior ao prazo estipulado na contratação para entrega do objeto será considerado inexecução total, salvo razões de interesse público expostos em ato motivado da autoridade competente.

**Artigo 10** - A recusa injustificada, impedimento decorrente de descumprimento de obrigações assumidas durante a licitação ou impedimento legal do adjudicatário em assinar o instrumento de contrato ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à multa de 30% do valor total corrigido da avença.

#### **CAPÍTULO IV - DAS SANÇÕES APLICÁVEIS**

**Artigo 11** - Pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, assim como o atraso injustificado ou sua execução irregular, poderá, garantida a defesa prévia, ser aplicada à contratada as seguintes sanções:

I - Para licitações/contratações regidas pela Lei federal nº 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

II - Para licitações/contratações regidas pela Lei federal nº 10.520/2002:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- b) multa.

**Artigo 12** - As sanções de suspensão temporária e a declaração de inidoneidade poderão, também, ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que em razão dos contratos regidos pela Lei federal nº 8.666/93:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuírem idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**Artigo 13** - A aplicação da penalidade de multa independe de prévia aplicação de penalidade de advertência.

**Artigo 14** - As penalidades previstas neste capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.

**Artigo 15** - A adjudicatária/contratada, em razão de sua inadimplência, arcará, ainda, a título de perdas e danos, com a correspondente diferença de preços verificada em decorrência de nova contratação, se nenhum dos classificados remanescentes aceitar a contratação nos termos propostos pela inadimplente, sem prejuízo das sanções cabíveis.

#### **DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA**

**Artigo 16** - A pena de advertência será aplicada a critério da autoridade, quando o contratado infringir obrigação contratual pela primeira vez, exceto nas contratações decorrentes de certames realizados na modalidade pregão, prevista na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

#### **DA SANÇÃO DE MULTA**

**Artigo 17** - A pena de multa será assim aplicada:

- I - de 30% (trinta por cento) do valor total corrigido da avença, no caso de inexecução total do contrato;
- II - de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da avença, relativo à parte da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato;
- III - de 1% (um por cento) do valor corrigido da avença, no caso de atraso injustificado na execução do contrato, acrescido de:
  - a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, para atrasos de até 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado na contratação para entrega do objeto ou de sua parcela;
  - b) 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado na contratação para entrega do objeto ou de sua parcela, no que exceder ao prazo previsto na alínea "a" deste inciso.

§ 1º - Os percentuais de que tratam as alíneas "a" e "b", do inciso III, deste artigo, incidirão sobre o valor total corrigido do contrato.

§ 2º - A reincidência, nos termos previstos no parágrafo único, do artigo 28, desta Resolução, referente ao descumprimento do prazo de entrega ensejará a aplicação da multa acrescida em 100% sobre seu valor.

§ 3º - O valor correspondente à multa aplicada poderá ser, a critério da Administração, descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção, ou descontado da garantia prestada para o mesmo contrato.

§ 4º - Inexistindo o desconto nos moldes previstos no § 3º, deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido, através de depósito bancário, em conta corrente, em nome da Fundação Florestal, no prazo de 30

(trinta) dias corridos contados da notificação.

§ 5º - O valor da penalidade ficará restrito ao valor total do contrato.

**Artigo 18** - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 19** - O valor das multas terá como base de cálculo o valor da contratação, reajustado e atualizado monetariamente pelo índice da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, desde a data do descumprimento da obrigação até a data do efetivo recolhimento.

Parágrafo único - o valor da multa deverá ser recolhido, através de depósito bancário, em conta corrente, em nome da Fundação Florestal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação.

**Artigo 20** - A multa pecuniária pode ser aplicada conjuntamente com as sanções previstas nas alíneas "c" e "d", do inciso I, e na alínea "a", do inciso II, todos do artigo 11 da presente Resolução.

#### **DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 21** – As hipóteses para aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, previstas no inciso III, do artigo 87, da Lei federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/2002, são:

I - atraso na entrega de bens e serviços de escopo;

II - não entrega de bens e serviços de escopo;

III - descumprimento ou abandono das obrigações contratuais em se tratando de serviços contínuos;

IV - outros descumprimentos das obrigações contratuais.

**Artigo 22** – O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso I, do artigo 21 será efetuado em conformidade com o Anexo I, desta Resolução.

**Artigo 23** – O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso II, do artigo 21 será efetuado em conformidade com o Anexo II, desta Resolução.

**Artigo 24** – O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso III, do artigo 21 será efetuado em conformidade com o Anexo III, desta Resolução.

**Artigo 25** - O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso IV, do artigo 21 será calculado, caso a caso, considerando-se as peculiaridades do mesmo, seu efeito perante o interesse público e os objetivos da Administração, sempre se pautando pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

#### **DA SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Artigo 26** - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada considerando as características de cada caso, suas peculiaridades e pautando-se pelo princípio da legalidade, devendo, obrigatoriamente, serem justificadas no processo administrativo e endossadas pela autoridade competente.

#### **CAPÍTULO V - DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES**

**Artigo 27** - Caso seja constatado, nos autos do processo administrativo, que o inadimplemento trouxe prejuízos ou transtornos à Administração, a sanção aplicável nas hipóteses versadas nos artigos 17 e 21, I, II e III, calculada nos termos dos artigos 22 a 25 será acrescida de 100%, o mesmo acontecendo caso haja o descumprimento total das obrigações contratuais, seja pela não execução integral do objeto contratual, seja pelos motivos previstos nos termos dos artigos 9º e 10º, desta Resolução.

Parágrafo único – Para fins desta Resolução, entende-se por prejuízo, não só em relação à questão financeira, mas, também, ao princípio da eficiência almejada pela Administração.

**Artigo 28** - A reincidência no descumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação da sanção prevista nos artigos 22 a 25, desta Resolução, acrescida de 50%.

Parágrafo único – Para fins desta Resolução, considera-se reincidência, o fato da empresa contratada ter inadimplido, nos termos do artigo 21 desta Resolução, no período de 12 (doze) meses, contados da aplicação de sanção anterior (prevista no artigo 87, III, da Lei federal nº 8.666/93, artigo 81, III, da Lei estadual nº 6.544/89 e no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/02) no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e a ocorrência do fato gerador da sanção atual.

**Artigo 29** – Na hipótese de haver mais de uma circunstância agravante, ambas serão calculadas nos termos dos artigos 22 a 25, somando-se os acréscimos previstos nos artigos 27 e 28.

#### **CAPÍTULO VI - DA COMPETÊNCIA**

**Artigo 30** - É competente para aplicar, no âmbito da Fundação Florestal, as sanções de advertência e multa, estabelecidas nesta Portaria, o ordenador de despesa, o Diretor Executivo da Fundação.

**Artigo 31** - A competência para aplicar a sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, a que se refere o artigo 87, inciso III, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o artigo 81, inciso III, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989, é do Diretor Executivo.

**Artigo 32** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, prevista no art.87, inciso

IV, da Lei federal nº 8.666/1993 e no art.81, inciso IV, da Lei estadual nº 6.544/1989, é de competência do Diretor Executivo.

**Artigo 33** – No caso de contratação advinda de Sistema de Registro de Preços – SRP, a sanção de multa será conduzida no âmbito do Órgão Participante e a penalidade será aplicada pela autoridade competente daquele Órgão, enquanto que a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração será conduzida no âmbito do Órgão Gerenciador e a penalidade será aplicada pela autoridade competente daquele Órgão.

**Artigo 34** – Compete ao Diretor Executivo da Fundação Florestal a competência para aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Estado, estabelecida no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/2002.

#### **CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 35** - A contagem do prazo será suspensa quando do recebimento provisório do material ou serviço, sendo retomado quando não aceito pelo contratante, a partir do primeiro dia útil seguinte ao da notificação da recusa.

**Artigo 36** - Observado as disposições desta Resolução, a autoridade só poderá deixar de aplicar a sanção se verificado que:

I - não houve infração ou que o notificado não foi o seu autor;

II - a infração decorreu de caso fortuito ou força maior.

**Artigo 37** - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no sítio eletrônico [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), inclusive para o bloqueio da senha de acesso à Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP e aos demais sistemas eletrônicos mantidos por órgãos ou entidades da Administração Estadual, e no caso da penalidade de inidoneidade o próprio sistema deverá registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

**Artigo 38** - As disposições desta Resolução aplicam-se, também, aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 39** - Cópia desta Resolução deverá, obrigatoriamente, integrar os atos convocatórios dos certames, ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dos respectivos instrumentos de contrato.

**Artigo 40** - Quanto às omissões desta Resolução, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

**Artigo 41** – O Diretor Executivo da Fundação Florestal poderá expedir normas complementares, quando julgar necessárias, para orientação das ações a serem adotadas pelas unidades da Fundação Florestal, no cumprimento das disposições desta Portaria.

**Artigo 42** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria FF/DE nº 230/2014.

**Walter Tesch**

**Diretor Executivo da Fundação Florestal**

A PORTARIA Nº 279, DE 20/03/2018 poderá ser acessada na íntegra pelo link:

<http://fflorestal.sp.gov.br/portaria-ff-de-n-279-2018/>

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Eu \_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no processo licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA nº \_01/20202020**, da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal no Estado de São Paulo, declaro, sob as penas da lei, que atendemos integralmente aos requisitos de habilitação estabelecidos em Edital.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

-----  
**representante legal**  
**(com carimbo da empresa)**

**OBS.: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER REDIGIDO EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE.**